

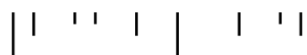
O IMPACTO DA VIOLÊNCIA SISTÊMICA E
DO *STRESS* MINORITÁRIO VIVIDOS PELAS
PESSOAS PERTENCENTES À COMUNIDADE
LGBTQIA+

PERCEPÇÕES DE SITUAÇÕES DE INSTABILIDADE E
EXCLUSÃO

Margarida Tusto

Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação de Lisboa para
obtenção de grau de mestre em Educação Social e Intervenção
Comunitária

2024-2025



O IMPACTO DA VIOLÊNCIA SISTÊMICA E
DO *STRESS* MINORITÁRIO VIVIDOS PELAS
PESSOAS PERTENCENTES À COMUNIDADE
LGBTQIA+

PERCEPÇÕES DE SITUAÇÕES DE INSTABILIDADE E
EXCLUSÃO

Margarida Tusto

Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação de
Lisboa para
obtenção de grau de mestre em Educação Social e Intervenção
Comunitária

Orientadora: Cristina Barroso Cruz

Júri

Presidente: Joana Campos de Sousa

Arguente: Laurence Vohlgemuth

Orientadora: Cristina Barroso Cruz

2024-2025

| ' ' | | ' ' |

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a todas as pessoas que lutaram e lutam diariamente para que os direitos da Comunidade LGBTQIA+ sejam garantidos. Às pessoas que já não estão entre nós, às pessoas que já pensaram em desistir, às pessoas que continuam a batalhar com um sistema que não as deixa ser livremente, deixo as palavras do saudoso Valentim de Barros: “Onde eu não dance, a solidão fá-lo por mim”.

O movimento ativista LGBTQIA+ não seria o mesmo sem as pessoas da comunidade, e se assim não fosse nunca teria tido a oportunidade de conhecer pessoas, que me acrescentaram tanto e que me fizeram acreditar num mundo melhor.

Quero agradecer à minha família, aos meus pais e as minhas irmãs, que sempre acreditaram e que me motivaram nos dias em que queria desistir.

Agradeço ao meu companheiro Gregory Portillo, que me incentivou a vir para uma nova fase da vida académica e que nunca me largou a mão. Juntos conseguimos apresentar duas dissertações e organizar um casamento, ao mesmo tempo. Será sempre o meu grande apoio.

Agradeço aos meus amigos, que foram um grande suporte emocional nesta fase e que acreditaram em mim muito mais do que eu própria. Obrigada, Rui, Cátia, Catarina, Mariana, Laura, Cristiana, Malu, Sílvia, Gabriel e Martim.

Claro, agradecer à Professora Cristina Barroso Cruz, que esteve sempre presente durante este período e que se mostrou disponível para me apoiar incondicionalmente neste processo.

RESUMO

A UNESCO tem desenvolvido um trabalho importante na matéria da comunidade LGBTQIA+, alertando para a necessidade de pesquisa e investigação acerca do *bullying* em função da orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero e características sexuais. Várias esferas da sociedade já consideram os direitos de pessoas LGBTQIA+ como direitos humanos, trabalhando e promovendo políticas e práticas inclusivas. No entanto, o impacto da Violência sistêmica e *Stress* Minoritário subjacente a esta comunidade, reflete-se nas esferas mais profundas dos indivíduos. O presente estudo tem como objetivos: (i) Compreender de que forma a violência sistêmica impacta o projeto de vida das pessoas pertencentes à Comunidade LGBTQIA+; (ii) Compreender de que forma o *Stress* minoritário impacta o projeto de vida das pessoas pertencentes à Comunidade LGBTQIA+; (iii) Compreender quais os mecanismos de defesa utilizados pelas pessoas que sofrem com violência sistêmica e *Stress* minoritário. De forma a dar resposta aos objetivos supracitados, será utilizada a metodologia de Histórias de Vida, de forma a compreender em profundidade as questões individuais, através da realização de sessões de histórias de vida a pessoas da comunidade LGBTQIA+. Em termos de resultados, estes revelaram um padrão persistente de violência sistêmica e *Stress* minoritário ao longo do ciclo de vida dos indivíduos adaptando-se a diferentes contextos sociais. A infância foi caracterizada pela invisibilidade e pelos primeiros episódios de discriminação; a adolescência, por uma hostilidade acentuada e pela ocultação da identidade; e a vida adulta, por discriminação institucional e uma contínua gestão da identidade. Além disso, observou-se uma evolução nos mecanismos de defesa, passando de estratégias reativas de autoproteção para respostas proativas de afirmação e resistência.

Palavras-Chave: Violência sistêmica; *Stress* Minoritário; Comunidade; LGBTQIA+.

ABSTRACT

UNESCO has done important work on the LGBTQIA+ community, drawing attention to the need for research and investigation into *bullying* based on sexual orientation, gender identity, gender expression and sex characteristics. Various spheres of society already consider the rights of LGBTQIA+ people as human rights, working and promoting inclusive policies and practices. However, the impact of Systemic Violence and Minority *Stress* underlying this community is reflected in the deepest spheres of individuals. This study aims to: (i) Understand how systemic violence impacts the life project of people belonging to the LGBTQIA+ Community; (ii) Understand how minority *Stress* impacts the life project of people belonging to the LGBTQIA+ Community; (iii) Understand the defence mechanisms used by people suffering from systemic violence and minority *Stress*. In order to meet the above objectives, the Life Stories methodology will be used to gain an in-depth understanding of individual issues by conducting Life Stories sessions with people from the LGBTQIA+ community. In terms of results systemic violence and minority *Stress* were found to permeate all stages of the participants' lives, adapting to different contexts. Childhood was marked by invisibility and initial episodes of discrimination; adolescence by heightened hostility and identity concealment; and adulthood by institutional discrimination and ongoing identity management. There was also an evolution in coping mechanisms, from reactive self-protection strategies to proactive responses of affirmation and resistance.

Key-Words: Systemic Violence; Minority *Stress*; Community; LGBTQIA+.

ÍNDICE GERAL

1. Introdução	1
2. Quadro Conceptual.....	4
2.1. Conceitos Estruturantes	6
2.1.1. Sexo	6
2.1.2. Orientação Sexual	7
2.1.3. Género.....	7
2.1.4. Identidade De Género.....	8
2.1.5. Expressão De Género.....	8
2.1.6. Características Sexuais	8
2.1.7. Violência	9
2.2. Evolução Histórica Da Comunidade Lgbtqia+.....	11
3. Legislação E Políticas Públicas	15
4. Vulnerabilidade: A Realidade Das Questões Lgbtqia+	22
4.1. Violência Sistémica	27
4.2. A Teoria Do <i>Stress</i> Minoritário.....	29
5. Desenho Metodológico	33
5.1. Participantes	34
5.1.1. Critérios De Constituição Do Grupo De Participantes	34
5.1.2. Caracterização Do Grupo De Participantes.....	34
5.2. Metodologia De Recolha De Dados.....	36
5.2.1. Histórias De Vida	36
5.2.2. Instrumento De Recolha De Informação - Guião De Recolha De Informação De Histórias De Vida	37
5.2.3. Questões Éticas.....	40
5.3. Análise De Dados.....	40

5.3.1 Análise De Conteúdo	40
6.Resultados.....	43
6.1. Período Da Infância.....	44
6.1.1. Violência Sistêmica.....	45
6.1.2. <i>Stress</i> Minoritário	46
6.1.3. Análise Global.....	49
6.2. Período Da Adolescência	51
6.2.1. Violência Sistêmica.....	52
6.2.2. <i>Stress</i> Minoritário	55
6.2.3. Análise Global.....	58
6.3. Período Jovem/Adulto	60
6.3.1. Violência Sistêmica.....	60
6.3.2. <i>Stress</i> Minoritário	64
6.3.3. Análise Global.....	66
7.Discussão De Resultados	70
8.Considerações Finais	76

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Quadro Comparativo: Discriminação contra Pessoas LGBTI+ em Portugal (2013–2022).....	24
Tabela 2 - Descrição de participantes.....	34
Tabela 3 - Sistematização de Categorias de Análise.....	38
Tabela 4 - Impacto da Violência Sistémica e <i>Stress</i> Minoritário no Projeto de Vida da Pessoa Período da Infância.....	49
Tabela 5 - Mecanismos de Defesa utilizados Período da Infância.....	50
Tabela 6 - Impacto da Violência Sistémica e <i>Stress</i> Minoritário no Projeto de Vida da Pessoa Período da Adolescência.....	58
Tabela 7 - Mecanismos de Defesa utilizados Período da Adolescência.....	59
Tabela 8 - Impactos da Violência Sistémica e <i>Stress</i> Minoritário no Projeto de Vida da Pessoa Período Jovem-Adulto/Adulto.....	67
Tabela 9 - Mecanismos de defesa utilizados Período Jovem-Adulto/Adulto.....	67

LISTA DE SIGLAS

AMPLOS - Associação de Mães e Pais pela Liberdade de Orientação Sexual e Identidade de Género;

APA - Associação de Psicologia Americana;

CDFUE - Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia;

ENIND - Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação;

FRA - Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia;

GOG - Grupo Oeste Gay

GTH - Grupo de Trabalho Homossexual;

ILGA - Associação de Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo;

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer, Intersexo, Assexual, e outros;

MOL - Marcha do Orgulho LGBT;

OIEC - Orientação Sexual, Identidade de Género, Expressão de Género e Características Sexuais;

PSSA - Pessoa em Situação de Sem-abrigo;

SIDA - Síndrome da imunodeficiência adquirida;

TJUE - Tribunal de Justiça da União Europeia;

TUE - Tratado da União Europeia

UE - União Europeia;

VIH - Vírus da Imunodeficiência Humana.

1. INTRODUÇÃO

| | ' ' | | ' ' |

As questões de orientação sexual, identidade de género, expressão de género e características sexuais (OIEC) são amplamente consideradas como um fator essencial na formação do indivíduo. Foi também reconhecida como um determinante da saúde importante, particularmente entre os indivíduos que não se conformam com as normas heterossexuais tradicionais, também conhecidos como minorias sexuais ou indivíduos de identidade não normativas. Estes indivíduos são coletivamente englobados no termo abrangente LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgéneros, Queer, Intersexo, Assexual, entre outros), que tem vindo a ganhar um peso significativo em vários contextos, incluindo o ativismo, a política social e o discurso cultural.

No século XX, estava em curso um movimento de reconhecimento dos gays e das lésbicas, alavancado pelo clima social do feminismo e por novas antropologias da diferença. Nos primeiros anos do século XXI, assistiu-se a um crescimento do ativismo trans, acompanhado por um aumento da utilização de terminologia que desafiava o modelo convencional de identificação binária do género (Weeks, 2021). Assim, as representações da comunidade LGBTQIA+ começaram a crescer e a ganhar espaço na sociedade (FRA, 2024).

No entanto, e apesar dos avanços, em termos de legislação, políticas sociais e uma tentativa de criar conversas informativas e positivas em relação à comunidade LGBTQIA+, vários órgãos de referência, como a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA, 2013, 2020, 2024) vem demonstrar, através da aplicação de inquéritos anuais a nível europeu, que a violência contra esta comunidade persiste, de forma direta ou indireta. A vulnerabilidade e exclusão social continuam a ser o denominador comum dos estudos apresentados, demonstrando percentagens preocupantes para questões de direitos humanos, como o direito à vida e à liberdade, liberdade de opinião e expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre outros, que deveriam ser garantidos independentemente do sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição.

Ora, a presente investigação surge no seguimento desta lacuna no estado de direito, tendo como objetivos: (i) Compreender de que forma a violência sistémica impacta o projeto de vida das pessoas pertencentes à Comunidade LGBTQIA+; (ii) Compreender de que forma o *Stress* minoritário impacta o projeto de vida das pessoas pertencentes

à Comunidade LGBTQIA+; (iii) Compreender quais os mecanismos de defesa utilizados pelas pessoas que sofrem com violência sistémica e *Stress* minoritário.

Desta forma, o presente documento está organizado em cinco partes, sendo o primeiro destes o Quadro Conceptual, onde são desenvolvidos, com base em pesquisa bibliográfica, os conceitos mais importantes, a história do movimento ativista LGBTQIA+, a evolução das políticas em matérias de OIEC, a Teoria da Violência sistémica e a Teoria do *Stress* Minoritário. A partir desta pesquisa foi desenhado o caminho metodológico a seguir, de forma a compreender aprofundadamente o objecto de estudo, estando esplanada a construção do grupo de pessoas ouvidas, a construção do instrumento de recolha de informação, nomeadamente o guião de histórias de vida, com base no primeiro capítulo, e as questões éticas que foram utilizadas na presente investigação. Neste sentido foi realizada a análise dos dados recolhidos, através da técnica de análise de conteúdo, utilizando a categorização de unidades de texto retiradas das sessões realizadas com as pessoas ouvidas, concluindo com análise sistematizada relativamente às várias categorias. Consequentemente encontramos a discussão dos dados recolhidos, estabelecendo o ponto de relação com a pesquisa bibliográfica realizada anteriormente.

Por fim, é realizada a discussão final, tendo em conta as conclusões obtidas, relacionando com o papel da Educação Social e Intervenção Comunitária relativamente ao tema em análise.

2. QUADRO CONCEPTUAL

| ' ' | ' ' |

Atualmente, a existência de uma comunidade baseada nas questões de OIEC, é reconhecida ainda que possa não ser universalmente aceite. Contudo, o caminho trilhado, até ao presente momento, é longo, ainda que muito do seu trajeto possa ter sido invisibilizado. De facto, apesar de historicamente e antropologicamente se reconhecerem relações entre indivíduos do mesmo sexo e expressões de género que extravasam a dicotomia homem/mulher, até ao início do século XX esse reconhecimento não existia. Foi o crescimento dos movimentos de defesa de ideais humanistas, dos direitos humanos e da promoção da igualdade que, lentamente, foram transpirando para esta comunidade (Morris, 2023). Só nos meados do século XX se vão encontrar as primeiras associações de defesa de homens e mulheres gays. Desta necessidade de associação para proteção e reivindicação de direitos, nascem as comunidades de orientação sexual e identidade de género de expressão e representação minoritária. Importa notar, que grande parte do trajeto de repressão não se apoia em mecanismos biológicos ou “naturais”, mas antes em valores e simbolismos religiosos do contexto ocidental (Morris, 2023).

Para Bhugra e colaboradores (2022) cerca de 5% da população é composta por indivíduos pertencentes à comunidade LGBTQIA+, no entanto, estimar o número exato é desafiador e existem diversas barreiras sociais e políticas que tornam difícil fazer um cálculo preciso. Segundo os mesmos autores (Bhugra et al, 2022), taxas de transtornos psiquiátricos e pensamentos e atos suicidas são mais altas na população LGBTQIA+, atribuídas à hipótese do *Stress* Minoritário. De forma a contrapor esta questão, a eliminação da desigualdade, em termos legais, pode ajudar a diminuir as questões de saúde mental nesta comunidade, sendo imperativo levar em consideração as diferentes necessidades de cuidados de saúde mental das pessoas pertencentes a minorias sexuais ao desenvolver políticas públicas e serviços de saúde preparados para dar resposta às necessidades desta comunidade (Bhugra et al, 2022).

Na mesma linha de pensamento, o aumento da prevalência e da visibilidade das populações com diversidade sexual e de género revela a necessidade de uma maior compreensão da forma como as leis, os sistemas e os programas atuais afetam o seu bem-estar social e psicológico. Características como a idade, a etnia, e a localização geográfica cruzam-se para desempenhar um papel distinto nos desafios e oportunidades que as pessoas da comunidade LGBTQIA+ enfrentam, tal como considerado o Committee on Understanding the Well-Being of Sexual and Gender

Diverse Populations, emitido pela National Academies of Sciences, Engineering, and Medicine (2020). Desta forma, podemos considerar que objeto em estudo nesta investigação apresenta uma questão interseccional intrínseca, que coloca em perspectiva a forma como olhamos o mundo.

No entanto, é necessário compreender que, fruto de um trajeto que se tornou evidente e abrangente na década de 70 do século passado, vários organismos internacionais afastaram da homossexualidade, primeiramente, da questão da identidade de género, e posteriormente, do espectro das doenças mentais (Morris, 2023). Assim, não existe atualmente qualquer base científica para afirmar que as identidades LGBTQIA+ são doenças mentais, nem que as pessoas com estas identidades apresentam uma predisposição intrínseca para a psicopatologia, e que as identidades LGBTQIA+ não são passíveis de ser modificadas (Associação de Psicologia Americana - APA, 2021), assim a APA tem sido referência internacional, uma vez que desde os anos 70, a referida associação tem apresentado um papel importante na definição e atualização de termos ligados à orientação sexual, identidade de género, diversidade sexual e práticas inclusivas, sobretudo porque estas questões eram muito estudadas em psicologia, psiquiatria e na área de saúde mental.

Posto isto, torna-se importante clarificar alguns conceitos, não só com o referencial da APA, mas também com *inputs* importantes por parte das ciências sociais.

2.1. Conceitos estruturantes

De modo a garantir uma compreensão clara dos conceitos que são mobilizados para analisar a problemática em estudo, importa identificar aqueles que são os conceitos estruturais para esta reflexão e qual o entendimento que fazemos delas. Esta análise necessariamente breve - já que o foco do presente trabalho não reside nesta clarificação - permitirá também enquadrar a linha de analítica adotada.

2.1.1. Sexo

O sexo refere-se ao conjunto de características anatómicas, fisiológicas e genéticas associadas ao masculino (genótipo XY) e feminino (genótipo XX), sendo que é habitualmente designado à nascença através da identificação dos órgãos sexuais externos (APA, 2011; APA 2021, referido Saleiro, Ramalho, Menezes, & Gato, 2022, 2022). Ao mesmo tempo, Fausto-Sterling (2021) define o conceito de sexo como uma

categoria biomédica historicamente usada para classificar corpos, entendida como construção social que organiza diferenças biológicas para justificar papéis e hierarquias.

2.1.2. Orientação Sexual

Nos primórdios da investigação das questões de orientação sexual, o conceito foi definido como sentimento de atração romântica, emocional e/ou sexual face a homens, mulheres ou a vários géneros, numa lógica tripartida entre heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade. No entanto, com o desenrolar da investigação, compreendeu-se que a orientação sexual se encontra conceptualizada num espectro contínuo, de forma a incluir a atração por pessoas independentemente do sexo, identidade de género e/ou expressão de género (APA, 2008; OPP, 2020). Assim, foram adotados outros conceitos relevantes, como a pansexual - que se refere à atração sexual ou romântica que um indivíduo sente por outro/a independentemente da sua expressão e identidade de género ou do sexo atribuído à nascença, rejeitando o binarismo referente ao sexo (Levy & Johnson, 2011). Adicionalmente Weeks (2021) define este conceito como a relação entre desejo, identidade e comportamento sexual, moldada por contextos culturais, históricos e políticos.

2.1.3. Género

Em relação ao conceito de género, este refere-se às características sociais, culturais, psicológicas e comportamentais associadas ao sexo feminino e masculino numa determinada sociedade, que se reflete nas interações entre os sujeitos e o meio (APA, 2008; OPP, 2020). Neste seguimento, a identidade de género remete para o sentimento de pertença a um determinado género, ambos ou a nenhum em particular, determinado pelo autoconceito de cada pessoa em relação ao seu género, independentemente do sexo atribuído ao nascimento (Lev, 2004). Caso a pessoa se identifique com o sexo designado à nascença, considera-se uma pessoa cisgénero, caso exista diferenciação entre o sexo e a identidade de género, considera-se uma pessoa trans (Blechinger, 2016). Para Burgess (2009) as pessoas trans são um dos grupos sociais mais negligenciado e incompreendido da sociedade, sendo que os mecanismos de opressão estão presentes nos primeiros sistemas sociais, levando a questões estruturais na vida adulta e jovem adulta, sobretudo através da dificuldade de integração no mercado laboral, sendo que são regularmente vítimas de discriminação laboral, podendo esta questão estar diretamente relacionada com a aparência física, com discrepâncias entre

os marcadores de género nos documentos de identificação e a identidade de género da pessoa (Bender-Baird, 2011).

2.1.4. Identidade de Género

A identidade de género, conseqüentemente, refere-se à experiência interna e pessoal de um indivíduo em relação ao seu género, incluindo como a pessoa se percebe, se sente e se identifica (Budge, Adelson, & Howard, 2020). Esta identificação pode existir dentro de um espectro masculino-feminino, uma combinação de ambos, nenhum dos dois, ou outro espectro de identidade de género. O ponto principal é considerar que a identidade de género não precisa coincidir com o sexo atribuído ao nascimento e pode ser influenciada por uma série de fatores sociais, culturais, biológicos e psicológicos. As pessoas podem expressar sua identidade de género de diferentes formas, através da sua aparência, comportamentos e escolhas, e essa expressão pode ou não alinhar-se com as normas tradicionais de género da sociedade (Kidd & Anderson, 2022).

2.1.5. Expressão de Género

A expressão de género refere-se ao modo como cada pessoa transmite o seu género, dentro de uma determinada cultura, podendo ser considerado, por exemplo o vestuário, estética, padrões de comunicação, entre outros, sendo que pode, ou não, refletir a sua identidade de género (APA, 2008; OPP, 2020). Adicionalmente Butler (2004) refere a Expressão de Género como prática performativa do género que reflete normas culturais e que pode desafiar ou reforçar estruturas sociais.

2.1.6. Características Sexuais

A uniformização de identificação de sexo abre questões para quando a anatomia dos órgãos sexuais se releva insuficiente, nomeadamente quando existem diferenças no desenvolvimento das características sexuais, falando-se, assim, de condições intersexo, podendo apresentar várias formas, como por exemplo a inconsistência entre os órgãos genitais externos e os órgãos reprodutivos internos (APA, 2021). Apenas em 2018, através Lei 38/2018, ficaram proibidas práticas médicas (cirúrgicas e farmacológicas) que impliquem modificações ao nível do corpo e das características sexuais da pessoa menor intersexo, sendo que estas não devem ser realizados até ao momento em que se manifeste a sua identidade de género, como é possível ler no artigo n.º 5 do referido diploma.

Do ponto de vista das ciências sociais, aliada à informação já fornecida, Davis (2015) refere as características sexuais como elementos corporais que, para além de funções reprodutivas, são socialmente interpretados e regulados.

De forma a criar um termo chapéu para a variedade de categorias não conformes, o termo Queer tem sido adotado pelos movimentos ativistas e académicos, dado que este conceito capta de melhor forma as particularidades relativamente às questões de OIEC, vistas anteriormente, permitindo a inclusão de sentimentos de atração que transcendem o binarismo e conceptualizações de género (Morandini, Blaszczyński, & Dar-Nimrod 2016).

2.1.7. Violência

O conceito de violência tem vindo a ser amplamente discutido e estudado ao longo das décadas. Tendo em consideração que para a presente dissertação iremos abordar uma dimensão específica deste comportamento, neste ponto, procuraremos apenas uma contextualização mais abrangente deste fenómeno. Alain Birou (1988), apresenta a seguinte definição: “De modo geral, diz-se que há violência na sociedade e no exercício da vida social sempre que uma pessoa ou grupo, constituindo uma força, emprega meios de coação para obrigar materialmente os outros a adotarem atitudes contra a sua vontade ou a realizarem atos que não realizariam se a isso não fossem coagidos” (Birou, 1988, p. 317). Atualmente, o conceito de violência tem vindo a evoluir e é visto de maneira multidimensional, abrangendo aspetos psicológicos, emocionais, económicos, entre outros, levando-nos a uma análise intrinsecamente interseccional (Crenshaw, 1989) que nos ajuda a entender como diferentes formas de opressão, como género, orientação sexual e classe, se interconectam, resultando em violências complexas e específicas. Nesta linha, investigadores como Judith Butler (2004) e Sara Ahmed (2012) investigam como a normatividade de género e sexualidade geram formas sistemáticas de exclusão e violência social.

Já João Sebastião (2009) apresenta uma definição de violência que é relacional e contextual, indo além da mera agressão física. Segundo o autor:

“A violência pressupõe a ação de alguém sobre outro(s), sendo que essa ação implica o condicionamento da capacidade de agir desses outros [...]. É uma configuração relacional particular, em que as relações de poder entre atores sociais são claramente assimétricas.” (Sebastião et al., 1999, p. 41)

Assim, para Sebastião (2009), a violência representa um abuso de poder em relações sociais caracterizadas por desigualdade, resultando em efeitos de dominação. Essa definição aproxima-se de uma perspectiva estrutural e sistémica, embora o autor concentre sua análise no ambiente escolar.

Além disso, ele faz uma distinção cuidadosa entre violência, incivilidade e indisciplina, rejeitando simplificações promovidas por visões moralistas, e enfatizando a necessidade de:

- 1) compreender os contextos culturais e sociais dos/as intervenientes;
- 2) reconhecer a assimetria de poder;
- 3) analisar a capacidade institucional de resposta.

A violência na contemporaneidade frequentemente manifesta-se de maneira difusa e institucional, afetando grupos como a comunidade LGBTQIA+, migrantes e pessoas racializadas. De facto, de acordo com Pascal Tozzi (2019) a violência está fortemente relacionada com a incapacidade de reconhecimento da existência de diferença humana, isto é, a violência pode ser entendida como um processo de desumanização, no qual o sujeito é reduzido a um objeto, sendo a sua singularidade ou diferença negada.

A linguagem, os silêncios, as políticas públicas e os meios de comunicação tornam-se canais de violência simbólica e sistémica ao reproduzirem os mecanismos de poder que legitimam a impossibilidade de afirmação auto-identitária dos grupos de menor expressão e menos visíveis no contexto da sociedade alargada. A proximidade entre os elementos de auto e hétero identidade estão por isso intimamente ligados aos mecanismos de violência estrutural (Barker & Jane, 2016), sendo por isso necessárias pessoas que hoje se podem identificar como LGBTQIA+, começaram como resposta a séculos de perseguição por parte da Igreja, do Estado e das autoridades médicas.

Existem, ainda hoje, muitas conversas mediáticas em relação às questões que saem do escopo conservadorista, sendo as questões associadas a “moda” ou algum tipo de promiscuidade, apesar de existirem diversos registos da presença de pessoas, figuras e identidades não normativas. Sabemos que a homossexualidade existia no antigo Israel porque está proibida na Bíblia, ao passo que na Grécia Antiga florescia entre homens e mulheres. Existem também provas substanciais de indivíduos que viveram pelo menos parte das suas vidas com um género diferente daquele que lhes foi atribuído à nascença. Desde as letras de desejo do mesmo sexo inscritas por Safo no século VII

a.C. até aos jovens criados como sendo do sexo oposto em culturas que vão da Albânia ao Afeganistão; desde os “maridos femininos” do Quênia até aos nativos americanos “*Two-Spirit*”, as alternativas aos binários ocidentais homem-mulher e heterossexual prosperaram ao longo de milénios e culturas (Morris, 2023).

2.2. Evolução Histórica da Comunidade LGBTQIA+

O paradigma de exclusão e segregação começa a alterar-se através de um marco histórico importante para a Comunidade LGBTQIA+, nomeadamente a Revolta de *Stonewall*. Este evento representou uma série de protestos públicos realizados no decorrer de uma rusga policial que aconteceu no dia 28 de junho de 1969, no *Stonewall Inn*, no bairro de *Greenwich Village*, em Nova Iorque (Carter, 2004). Segundo Deitcher (1995), na década de 1950-1960, os primeiros grupos ativistas homossexuais procuravam provar que poderia existir adaptação da sociedade como um todo, visando a sua integração na mesma, no entanto, na segunda metade dessa década, existiam muitos confrontos e controvérsia crescente em relação à comunidade LGBTQIA+.

No referido espaço temporal, não existiam muitos lugares seguros ou estabelecimentos que acolhessem abertamente pessoas da Comunidade LGBTQIA+. *Stonewall Inn* apresentava um grande espectro de pessoas como clientes, e era popular entre as pessoas mais pobres e marginalizadas da comunidade: *drag queens*, representantes de uma comunidade trans que se tinha tornado recentemente consciente de si própria, jovens efeminados, pessoas trabalhadores sexuais e jovens em situação de sem-abrigo. As rusgas policiais a bares gay eram rotina na década de 1960, mas os agentes rapidamente perderam o controlo da situação no *Stonewall Inn* e atraíram uma multidão que foi incitada a revoltar-se. As tensões entre a polícia de Nova Iorque e os residentes pertencentes à comunidade de *Greenwich Village* originaram mais protestos na noite seguinte e novamente várias noites depois (Deitcher, 1995). No espaço de semanas, os residentes de *Greenwich Village* organizaram-se rapidamente em grupos de ativistas para concentrar esforços na criação de locais onde as pessoas da comunidade LGBTQIA+ pudessem ter lugar de fala e falar abertamente sobre a sua não normatividade sem receio de serem presos. Nas semanas e meses seguintes, iniciaram organizações sociais politicamente ativas e lançaram publicações que falavam abertamente sobre os direitos das pessoas da Comunidade LGBTQIA+. O primeiro aniversário dos motins ficou marcado por manifestações pacíficas em várias cidades

americanas que, desde então, evoluíram para as atuais paradas do orgulho. Em 2016, foi criado o Monumento Nacional de *Stonewall* no local. Atualmente, realizam-se, anualmente, em todo o mundo, no final de junho, eventos de orgulho para assinalar os motins de *Stonewall* (Edsall, 2003).

Gradualmente, o crescimento dos meios de comunicação social públicos e os ideais de direitos humanos reuniram ativistas de todos os quadrantes da sociedade, que se encorajaram com estudos médicos favoráveis, literatura proibida, investigação sexual emergente e um clima de maior democracia (Morris, 2023), sendo que o ativismo LGBTQIA+ surgiu em Portugal, mais veementemente, a partir de 1974 (Cascais, 2006).

Em Portugal, de acordo com Vale de Almeida (2010), o ativismo LGBTQIA+ inicia-se logo após o 25 de abril de 1974. A 13 de maio de 1974, António Serzedelo — em representação do Movimento de Ação Homossexual Revolucionária — publica o manifesto “Liberdade para as Minorias Sexuais” no Diário de Lisboa, um marco que representa o primeiro gesto público de visibilidade da Comunidade LGBTQIA+ pós-regime autoritário. No entanto, apesar da revolução política, a igualdade de género e sexual só começou a ser debatida lentamente, conforme Louçã (2024) mostra, afirmando que apesar da revolução iniciada em abril de 1974, a igualdade de género e a não discriminação face à orientação sexual, não foram garantidas automaticamente.

Na década de 1970, os valores conservadores do Estado Novo prolongaram-se em áreas como a sexologia e planeamento familiar, mas após 1974 iniciou-se uma gradual libertação sexual institucional — embora ainda restringida a um âmbito médico e académico (Pinto & Silva, 2016). Apesar disso, a criminalização da homossexualidade apenas cessou em 1982, com a eliminação da sua referência como vício contra a natureza (Louçã, 2010). A exposição mediática de figuras incontornáveis para a população LGBTQIA+ em relação à temática do VIH/Sida, como Freddy Mercury, António Variações, Ary dos Santos, Guilherme de Melo, entre outros, fomentaram, nesta altura, com maior fulgor, as lutas e criação de grupos ativistas pelos direitos da comunidade LGBTQIA+. Em 1984 faleceu António Variações, situação que causou alguma comoção e impacto a nível nacional (Vale de Almeida, 2010).

Surgem vários coletivos LGBTQIA+ na década de 1990 (Vale de Almeida, 2010), sendo que, em 1991 um casal de mulheres lésbicas cria a revista *Organa*, que proporcionava espaços de reflexão e uma linha de apoio acerca da homossexualidade, que viria, mais

tarde dar lugar à revista *Lilás*. Em 1995, iniciaram-se as conversações para a criação da ILGA-Portugal, com associados da Associação Abraço. A 28 de Junho, com o apoio do GTH (Grupo de Trabalho Homossexual - fundado na mesma década), celebra-se o dia do Orgulho, representando a celebração da revolta de *Stonewall* (Santos, 2002).

O Clube Safo, fundado a 28 de janeiro de 1996, proporcionou um espaço de encontros e debates para mulheres lésbicas, acompanhando-se a publicação do boletim *Zona Livre* desde 1997. Ainda em 1996 é lançada a revista *Korpus*, primeira publicação periódica segmentada para gays em Portugal. A *Opus Gay*, criada em 1997 e formalmente constituída em 1998, estendeu a sua atuação à abertura de sede em Lisboa (Vale de Almeida, 2010).

Segundo Vale de Almeida (2010), em 1997, a 28 de junho, a ILGA-Portugal, com apoio do GTH e Clube Safo, organizou o primeiro Arraial *Pride* ao ar livre no Jardim do Príncipe Real, evento que, apesar da chuva, se tornou emblemático da visibilidade LGBTQIA+ em Lisboa. Logo depois, em maio de 1998, a *Opus Gay* abre sede em Lisboa e a ILGA-Portugal forma o Grupo de Mulheres, que edita o boletim *Lesbiana* desde 1999.

O arranque da Marcha do Orgulho LGBTQIA+ (MOL) em Lisboa em 2000 marca o início de uma tradição anual, expandindo-se rapidamente por outras cidades, com a ILGA-Portugal desempenhando papel central. Simultaneamente, emergem movimentos juvenis como a Rede *Ex Aequo* (Santos, 2002), centrados na educação e visibilidade de jovens LGBTQIA+.

Em 2006, o brutal assassinato de Gisberta Salce Júnior — mulher trans, migrante, que vivia com VIH e em situação de sem-abrigo — por um grupo de adolescentes no Porto, gerou comoção nacional (Observador, 2016), tendo em conta que o caso expôs a violência transfóbica e resultou no encerramento da instituição que acolhia os agressores, além de estimular a criação de respostas comunitárias no Norte do país.

Finalmente, em 2010, a criação da AMPLOS – Associação de Mães e Pais pela Liberdade de Orientação Sexual e Identidade de Género consolidou o ativismo em torno dos direitos familiares, reforçando o envolvimento de estruturas parentais na luta LGBTQIA+ (CIG, 2016).

Até hoje, a Marcha de Orgulho LGBTQIA+ é realizada, tendo sido replicada em diversos distritos, com o apoio de organizações da sociedade civil locais. O Arraial *Pride* também

tem acontecido anualmente, com o apoio de várias associações ativistas pelos direitos da comunidade. Têm existido vários avanços a nível legislativo, potencializados pelo manifestos e posições políticas das associações e grupos que foram mencionados nesta resenha histórica. Alguns dos direitos conquistados serão explanados de seguida.

3. LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

| | " | | " |

Como resultado do caminho percorrido nacional e internacionalmente, houve necessidade da sociedade civil refletir sobre os mecanismos promotores de inclusão desta comunidade. Assim, a progressiva aceitação dos indivíduos LGBTQIA+ foi acompanhada por novas regulamentações que têm tendencialmente uma estrutura protetora destas pessoas, indo ao encontro, nomeadamente, dos argumentos preconizados e documentos genericamente aceites, como é o caso da Declaração dos Direitos Humanos.

Nos últimos 25 anos, a União Europeia (UE) tem vindo a promover a igualdade de pessoas pertencentes à Comunidade LGBTQIA+, maioritariamente porque os direitos desta comunidade ainda estão aquém do desejável de forma prática, representando uma lacuna ao nível legislativo. A Comissão Europeia procurou dar a conhecer os direitos das pessoas LGBTQIA+, com o objetivo de mostrar ao mundo que todos devem gozar dos mesmos direitos, independentemente de quem são e de quem amam. A UE incluiu a proteção das pessoas LGBTQIA+ em documentos jurídicos fundamentais como o Tratado de Amesterdão (1997) ou a Carta dos Direitos Fundamentais Fundamentais da União Europeia (CDFUE). A CDFUE (2000) consagra direitos fundamentais, incluindo o princípio da não discriminação, sendo que no seu artigo 21º, o documento descreve a proibição da discriminação com base em, entre outros, a orientação sexual (e a identidade de género é igualmente protegida). O mesmo documento também promove o direito à igualdade perante a lei, o que se aplica diretamente às pessoas LGBTQIA+ - e as diretivas relativas à luta contra a discriminação - como a Diretiva 2000/78/CE, que estabelece um quadro geral para a igualdade de tratamento no emprego e na profissão, proibindo a discriminação com base na orientação sexual e questões de género. A Diretiva 2012/29/UE também oferece proteção a vítimas de crimes, garantindo que as vítimas de crimes de ódio, incluindo crimes motivados por homofobia e transfobia, tenham acesso a apoio adequado.

«Continua a ser surpreendente e chocante que a maioria das pessoas LGBTI por toda a Europa não queira ser vista de mãos dadas com um parceiro/a do mesmo sexo. Os padrões de discriminação, ou até mesmo de violência, são muito preocupantes. E, ainda assim, são muito poucas as pessoas atacadas que comunicam o incidente às autoridades.»,
Michael O'Flaherty, diretor da FRA, março de 2020.

Nesta linha de pensamento, encontramos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) os ideais de igualdade, equidade, respeito e proteção são exaltadas em vários artigos, sendo o mais importante o seguinte:

“Artigo 2.º - Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autónomo ou sujeito a alguma limitação de soberania.” Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

Através da aprovação Tratado da União Europeia (TUE) podemos verificar que a União Europeia está centrada nos princípios fundamentais de igualdade e não discriminação, que são pilares do direito da própria União Europeia. Assim, artigo 2.º do TUE afirma que a União Europeia tem como pilares basilares o respeito pela dignidade humana, liberdade, democracia, igualdade, Estado de direito e direitos humanos, incluindo os direitos das minorias. Isso inclui a proteção contra a discriminação com base em fatores como orientação sexual e identidade de género. Já o Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), considerando a importância do poder judiciário na aplicação das leis, também tem desempenhado um papel importante na proteção dos direitos das pessoas LGBTQIA+, interpretando os documentos legislativos da UE de forma a garantir a não discriminação em áreas como o emprego, o reconhecimento de casamentos ou uniões entre pessoas do mesmo sexo e a liberdade de circulação de pessoas.

É empiricamente verificável que, ao longo dos anos, a UE tem vindo a promover políticas de inclusão e apoio à comunidade LGBTQIA+, com programas como o Programas Direitos, Igualdade e Cidadania (2014-2020), a Estratégia do Conselho da Europa para a igualdade de género 2018-2023, Estratégia para a Igualdade de Género 2020-2025, e o Europa com os Cidadãos.

Portanto, a União Europeia, por meio do Tratado e da sua legislação, tem trabalhado para garantir a proteção dos direitos das pessoas LGBTQIA+ e a eliminação de práticas discriminatórias nos Estados-membros. A igualdade e a dignidade humana são princípios centrais que se aplicam diretamente às questões da comunidade LGBTQIA+.

Afunilando um pouco a pesquisa, no contexto português, como vimos anteriormente, o movimento ativista pelos direitos LGBTQIA+ teve, e ainda tem, um papel fundamental na consagração de direitos desta comunidade. É de notar a alteração ao Código Penal aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março, que veio alterar a classificação dos crimes sexuais, movendo-os do capítulo sobre crimes contra valores sociais para o título dos crimes contra as pessoas. Criou um capítulo específico chamado "Dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual". Essa mudança abandonou uma visão moralista e passou a focar na proteção da liberdade e autodeterminação sexual, que são considerados direitos pessoais importantes.

Já no novo milénio, com a Lei n.º 7/2001, de 11 de maio, Portugal adota medidas de proteção das uniões de facto, independentemente do sexo. E ainda na mesma década, em 2004, na última revisão da Constituição da República Portuguesa, esta passou a contemplar, no artigo 13.º, a orientação sexual como princípio de igualdade. A agitação em relação a este artigo já vinha desde 1998, ano em que existiu o primeiro manifesto em conjunto de associações, solicitando a sua alteração, de forma que não configurasse uma forma de discriminação (Vale de Almeida, 2010). Apesar disto, na sua redação atual, a Constituição da República Portuguesa ainda não inclui a identidade e expressão de género ou características sexuais.

A Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro, foi a vigésima terceira alteração ao Código Penal e introduziu algumas mudanças importantes, dentro das quais: passou a considerar a orientação sexual da vítima como um fator que agrava a pena em casos de homicídio qualificado, no seu artigo 132º, e como critério de discriminação no crime de discriminação racial, religiosa ou sexual, no artigo 240º; Eliminou a distinção de crimes com base no sexo das pessoas envolvidas, como no caso de atos homossexuais com adolescentes (Art. 175.º), sendo que a referida lei veio quebrar o paradigma da diferença de idade de consentimento para atos heterossexuais e atos homossexuais, tendo aumentado a idade mínima, para que o consentimento sexual seja considerado válido, para os 16 anos.

A Lei n.º 27/2008, de 30 de junho, regula as condições e procedimentos para a concessão de asilo ou proteção subsidiária em Portugal, sendo que define os estatutos de requerente de asilo, refugiado e de proteção subsidiária. Através desta Lei, é possível incluir nos "Motivos da perseguição" (Art. 2.º) a pertença a um grupo social específico como uma das razões para solicitar asilo, o que pode abranger grupos baseados na identidade de género ou na orientação sexual.

A Lei n.º 60/2009, de 6 de agosto, estabelece o regime para a aplicação da educação sexual nas escolas, tendo como objetivo principal a promoção da eliminação de comportamentos discriminatórios baseados no sexo ou na orientação sexual, bem como prevenir a violência relacionada com essas questões. Desta forma a lei busca, assim, garantir um ambiente escolar mais inclusivo e respeitoso.

A Resolução da Assembleia da República n.º 39/2010, de 08 de abril faz a recomendação ao Governo para a adaptação e adoção de medidas que visem combater a atual discriminação dos homossexuais e bissexuais nos serviços de recolha de sangue. Apesar desta recomendação, só viria a existir legislação em 2021, como será exposto posteriormente.

Após muita contestação pública e algum mediatismo, é aprovada a Lei n.º 9/2010, de 31 de maio, que vem permitir o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, com o apoio fundamental das associações ativistas, como verificado anteriormente.

Em 2011, temos dois momentos importantes, nomeadamente: a Lei n.º 7/2011, de 15 de março, que cria o procedimento de mudança de sexo e de nome próprio no registo civil; e a Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2011 que visa dinamizar o IV Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não Discriminação, 2011-2013, nomeadamente através da Área estratégica n.º 11: Orientação Sexual e Identidade de Género.

Já em 2013, é aprovada a Lei n.º 19/2013, de 21 de fevereiro, correspondendo à 29.ª alteração ao Código Penal, consagrando, nomeadamente a identidade de género da vítima como fator de agravamento da pena por crime de homicídio qualificado, no artigo 132.º, e como critério de discriminação para efeitos do crime de discriminação e incitamento ao ódio e à violência, no seu artigo 240.º. Nesta década, é ainda aprovada

a Lei nº 2/2016, de 29 de fevereiro, que vem eliminar as discriminações no acesso à adoção, apadrinhamento civil e demais relações jurídicas familiares.

Com o progresso da realidade social, que como sabemos não é estanque e está em constante mudança, a orientação sexual e identidade de género foram, progressivamente, incluídas em algumas legislações de área específica, como a Lei 38/2018, a mais emblemática na matéria de questões de género, podendo ler-se no seu artigo 1º,

“A presente lei estabelece o direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e o direito à proteção das características sexuais de cada pessoa”.

A promulgação desta lei veio trazer ganhos significativos, tendo sido uma transformação necessária para concretização da cidadania, compreendendo-se direitos e garantias, das pessoas da comunidade LGBTQIA+, com impactos nas áreas: da saúde; da educação; do sistema judicial; no reconhecimento jurídico da identidade de género.

De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros nº. 61/2018, é reconhecido o princípio da igualdade e não discriminação como condição para a construção de um futuro sustentável para Portugal. Em matéria de questões de género, Portugal apresenta-se como parte importante na construção desse objetivo, nomeadamente através da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, na qual está incluído o Compromisso Estratégico para a Igualdade de Género 2016-2019, o Plano Estratégico de Cooperação para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres de 2010, o Plano de Ação para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres 2017 - 2020, e a Recomendação CM/Rec(2010)5 do Comité de Ministros aos Estados - Membros do Conselho da Europa sobre medidas para o combate à discriminação em razão da orientação sexual ou da identidade de género, ratificada para o contexto nacional. Neste seguimento, existiram vários desenvolvimentos e tomadas de posição políticas na matéria relacionada com a comunidade LGBTQIA+, tendo sido necessária a criação de uma abordagem mais sistémica e ampla, tendo, por isso, sido criada a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação — Portugal + Igual (ENIND), apoiada em três Planos de Ação que definem objetivos estratégicos, nomeadamente: não discriminação em razão do sexo e igualdade entre mulheres e homens; de prevenção e combate a todas as formas de violência contra as mulheres,

violência de género e violência doméstica; e de combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais.

No seguimento da Lei 38/2018 de 07 de agosto, surge o Despacho n.º 7247/2019, que vem estabelecer as medidas administrativas para implementação nas escolas do previsto no n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 38/2018, de 07 de agosto, nomeadamente a prevenção e promoção da não discriminação em razão da identidade e expressão de género e do direito à proteção das suas características sexuais.

Apenas em 2021, através da Lei n.º 85/2021 de 15 de dezembro, é legislada a proibição da discriminação em razão da identidade de género ou orientação sexual na elegibilidade para dar sangue, sendo ratificada como norma de orientação clínica da Direção Geral de Saúde n.º 009/2016 de 19/09, com atualização a 19 de março de 2021. No mesmo ano a Resolução da Assembleia da República n.º 350/2021, vem fazer nova recomendação ao Governo, visando criar medidas para assegurar locais de trabalho inclusivos e combater a discriminação em contexto laboral das pessoas trans.

Por fim, e a legislação mais atual, correspondendo à Lei n.º 15/2024, de 29 de janeiro, que vem proibir as denominadas práticas de «conversão sexual» contra pessoas LGBTQIA+, criminalizando os atos dirigidos à alteração, limitação ou repressão da orientação sexual, da identidade ou expressão de género, refletindo-se numa nova alteração ao Código Penal.

4. VULNERABILIDADE: A
REALIDADE DAS QUESTÕES
LGBTQIA+

No seguimento desta coletânea de legislação e marcos importantes a nível legislativo, é importante construir uma investigação baseada numa posição de defesa dos direitos humanos, em consonância com a Organização das Nações Unidas (2008) quando refere que a Declaração Universal dos Direitos Humanos inclui todas as pessoas, repudiando qualquer forma de discriminação, violência ou coação.

A FRA tem desenvolvido investigação nesta área, tendo aplicado questionários, ao longo de vários anos, que procuram identificar as vulnerabilidades e violações de direitos fundamentais da comunidade LGBTQIA+ na União Europeia. Em 2012, o referido inquérito foi aplicado a mais de 93 mil pessoas pertencentes à Comunidade LGBTQIA+ da União Europeia, sendo que foi possível constatar que estas pessoas foram discriminadas ou violentadas com base em questões de género e orientação sexual, sendo que estes dados aumentam quando se trata de pessoas do subgrupo Trans (FRA, 2013). Os inquiridos de 2012 referiram ter sido vítimas de discriminação, havendo referência a violência física e sexual também. As grandes áreas referidas como questões de vulnerabilidade são a empregabilidade, habitação, saúde, educação e acesso a serviços sociais. Apesar destas questões, ainda não existia, à data, por parte dos inquiridos, abertura para as denunciar. No ano de 2024, foram conhecidos os dados relativos à mais recente aplicação do estudo de 2023 (FRA, 2024), sendo que, apesar de existirem algumas diferenças positivas, como a diminuição da discriminação em pelo uma área da vida, comparativamente a 2019, não existe uma diferença significativa na diminuição de discriminação percecionada de forma global (FRA, 2024). As áreas de maior incidência de vulnerabilidade mantêm-se a empregabilidade, saúde, educação e uma crescente questão relativa à habitação. As pessoas inquiridas continuam a identificar situações de ódio e violência verbal, física e sexual, de forma ávida. No seguimento do relatório de 2024, as pessoas Trans continuam a manifestar valores mais elevados de discriminação, incluindo, agora, pessoas intersexo (que não tinham sido inquiridas nos primeiros estudos) (FRA, 2024).

Desta forma, fazendo uma análise longitudinal dos passados dez anos é possível compreender que as questões de instabilidade e vulnerabilidade para a Comunidade LGBTQIA+ não têm evoluído de forma positiva no sentido da concretização de direitos, liberdades e garantias, representando questões nefastas em várias áreas da vida.

No quadro português, entre 2020 e 2022, segundo o Observatório da Discriminação contra Pessoas LGBTI+ (2023), dinamizado pelas ILGA Portugal, divulgou o Relatório Anual 2020-2022, no qual registou quatrocentas e sessenta novas denúncias, feitas por meio de questionários confidenciais e anónimos. As denúncias referem-se a casos de preconceito, discriminação e violência relacionados à orientação sexual, identidade de género, expressão de género ou características sexuais das vítimas.

A ILGA Portugal divulga anualmente o Relatório Anual de Discriminação contra pessoas LGBTI+, tendo sido divulgado desde 2013 até 2022 (sendo que o último relatório baseia-se no triénio de 2020-2022).

Através da análise dos referidos relatórios, foi possível extrair a informação presente na seguinte tabela (Tabela 1).

Tabela 1

Quadro Comparativo: Discriminação contra Pessoas LGBTI+ em Portugal (2013–2022)

Ano	Total de Denúncias	Crimes/ incidentes de ódio	Tipos de discriminação	Locais mais frequentes de discriminação
2013	258 denúncias	112 crimes	Insultos/abusos verbais (123), ameaças psicológicas (69), violência física extrema	Não especificado
2014	426 denúncias		Insultos verbais, ameaças, violência física	Não especificado
2015	158 denúncias		Abusos verbais (42%), <i>bullying</i> (20%), agressão física (16%)	Não especificado
2016	179 denúncias	92 crimes de ódio	Violência física, ameaças, discurso de ódio	Espaço público (rua); Escola; Emprego; Online
2017	171 denúncias	76 crimes	Ameaças/insultos (50%), discurso de ódio (22%), violência física (13%)	Contexto doméstico/familiar; Online; Espaços Públicos

2018	186 denúncias	59 crimes	Ameaças/violência psicológica (44), violência física extrema (8), homicídio (1)	Não especificado
2019	171 denúncias	48 crimes + 41 incidentes discriminatórios	Insultos verbais (46,6%), <i>bullying</i> , agressão física, acesso a serviços	Espaços públicos; contexto doméstico/familiar; Escola; Emprego
2020	118 denúncias	41 crimes	Insultos/ameaças (43,1%), discriminação nos serviços de saúde (13,8%), <i>bullying</i> (10,3%)	Serviços públicos; espaços públicos; emprego; contexto familiar; Escola.
2021	233 denúncias		Insultos/ameaças (45,1%), <i>bullying</i> (8,8%), acesso a bens/serviços (7,5%) e discriminação em serviços de saúde (6,6%).	Serviços públicos, contexto familiar e emprego
2022	118 denúncias		Insultos/ameaças (48,7%), discriminação laboral (7,1%), <i>bullying</i> (7,1%); agressão física (7,1%)	Emprego, espaços públicos, Escola, contexto familiar e serviços públicos.

Nota. Relatórios Anuais Ilga 2013-2022 1 - Quadro Comparativo: Discriminação contra Pessoas LGBTQIA+ em Portugal (2013-2022)

Tendo em conta os dados apresentados, na análise e investigação relacionadas com questões de diversidade, é sempre necessário olhar as questões sociais de uma perspectiva interseccional. A multiplicidade de questões que envolvem a comunidade LGBTQIA+ cruza-se com a teoria de interseccionalidade, que pretende analisar como as várias categorias interagem a múltiplos níveis que se manifestam em questões de desigualdade social (McCall, 2005). Segundo o mesmo autor, é importante compreender os fenómenos de opressão como realidades interseccionais, ou seja, que se manifestam de forma transversal em relação a diferentes dimensões identitárias, como o género, a sexualidade, a religião, a etnicidade ou a nacionalidade. Esta abordagem permite perceber como diferentes formas de discriminação se entrelaçam e

reforçam mutuamente. Neste contexto, o Feminismo Radical — nomeadamente através da obra de Kate Millett (2000) — que identifica o patriarcado como um eixo fundamental de opressão, levando a evidenciar como o poder é exercido de maneira sistémica, afetando múltiplas esferas da vida social e interagindo com outras formas de desigualdade, Millett (2000) define o Patriarcado como um sistema de organização social, tanto na esfera pública como privada, dominada por homens, através da centralidade da paternidade, sendo que a supremacia masculina é constituída socialmente, no seio de um regime patriarcal, que pressupõe papéis sociais específicos para o homem e mulher, destacando-se a esfera da sexualidade como um dos alvos do sistema de género.

Numa tentativa de analisar as questões da sexualidade de forma aprofundada, Michel Foucault (1990) compreende que a sociedade ocidental produziu uma multiplicidade de discursos acerca da sexualidade, sendo que o autor coloca em questão a forma como esta produção de conhecimento levou à criação de identidades sexuais, em que estas passam a ser vista como um conteúdo fundamental daquilo que o indivíduo é. Michel Foucault (1990), em “The History of Sexuality Volume 1: An Introduction”, explica o poder e, em última análise, demonstra que a sexualidade é uma construção criada pelo discurso. Para começarmos a compreender o argumento de Foucault, temos de começar por saber porque é que ele acreditava que a nossa teoria generalizada sobre a sexualidade estava errada: em primeiro lugar recorrendo à hipótese repressiva, tão presente na sua bibliografia, sendo esta uma teoria predominante que analisa a forma como as nossas noções atuais de sexualidade se desenvolveram, sendo que esta hipótese parte do princípio de que, durante a Idade Média e o Renascimento, prevaleceu uma atitude livre e fácil em relação à sexualidade; posteriormente, no século XVII, a burguesia reprimiu a sexualidade. A hipótese repressiva defende que a burguesia estava preocupada com a produtividade económica e não queria que a energia fosse desperdiçada em atividades sexuais, pelo que o sexo fora do âmbito da procriação foi reprimido. Após Foucault (1990) demonstrar como chegou à conceção desta ideia, explicou também porque é que esta fabricação surgiu, referindo que houve uma mudança de foco para uma perspetiva de “poder sobre a vida”, com o intuito de assegurar o florescimento da sociedade e garantir o seu bem-estar comum, através da aplicação de normas rígidas, e, conseqüentemente, promover o objetivo da manutenção do poder. A ideia de uma sexualidade “saudável” foi originalmente propagada pela

burguesia, sendo que esta ideia está enraizada na sociedade e contribui para que a sexualidade seja vista como parte integrante da identidade de uma pessoa. Para Foucault (1990) a adesão a esta construção torna as pessoas mais facilmente controláveis, entendida pelo autor como uma invenção da burguesia que assegura o domínio. De facto, os poderes hegemónicos no nosso mundo produzem uma pressão imensa para que os indivíduos apresentem um comportamento heteronormativo, sendo que isto resulta numa opressão generalizada das pré-construções não-heteronormativas. As dinâmicas da burguesia e os seus objetivos financeiros, eram mais facilmente alcançados se pudesse haver dominação sobre os restantes grupos sociais minoritários.

Não será de todo estranho que a relação entre a burguesia e o patriarcado seja, portanto, simbiótica, criando um mecanismo claro que opressão e repressão do não-normativo, e, conseqüentemente, violência para com aqueles que se mostram não-normativos.

4.1. Violência sistémica

A violência sistémica refere-se aos danos que as pessoas sofrem devido à imposição de uma estrutura social *standardizada* e percebida como única e válida e às instituições que a sustentam e reproduzem. Este tipo de violência impede as suas vítimas de satisfazerem as suas necessidades básicas, nomeadamente a de identificação nos seus termos, e constitui um prejuízo evitável dos meios fundamentais necessários à existência humana (Ruggiero, 2019). Esta violência parece estar diretamente relacionada com o enquadramento oferecido pela leitura a partir do patriarcado.

Sylvia Walby (1991), na sua obra "Theorizing Patriarchy", faz um estudo aprofundado sobre o patriarcado, abordando os diversos aspetos que refletem a subordinação da sociedade à hegemonia heteronormativa, tendo um impacto estrutural nas questões de género e sexualidade. Para analisar o conceito do patriarcado, Walby (1991) classifica seis estruturas principais que se modificaram ao longo do tempo: o modo patriarcal de produção; as relações patriarcais no trabalho assalariado; as relações patriarcais no Estado; a violência masculina; as relações patriarcais na sexualidade e as relações patriarcais nas instituições culturais. Segundo Walby (1991), as estruturas sociais desempenham um papel crucial na conformação das diversas formas de patriarcado, manifestando-se em diferentes intensidades de opressão. Essas estruturas são

particularmente relevantes para a compreensão dos obstáculos enfrentados por identidades que não se alinham com os padrões heteronormativos e cisgênero impostos por esse mesmo sistema patriarcal. No âmbito desta dissertação, interessa-nos precisamente analisar como tais identidades experienciam entraves estruturais profundos que dificultam a possibilidade de uma vida plena e autodeterminada. Nesse sentido, Richardson (2000) contribui para esta análise ao identificar a heterossexualidade hegemónica como um sistema compulsório e institucionalizado, que não só reforça desigualdades de género, como também sustenta suposições binárias e excludentes. Este sistema reconhece apenas o sexo biológico e a atração entre sexos opostos como “naturais” e aceitáveis, apagando, assim, outras formas de existência e afetividade. Já Santos (2004), considera que nas culturas ocidentais, assentes num cariz judaico-cristão - que apresentam um foco bastante considerável na importância da reprodução entre o macho e fêmea - cria-se um discurso de verdades, ideologias e linguagens hegemónicas, que colocam à margem que é considerado como transgressão. Por conta dessa institucionalização, encontramos, na nossa sociedade, um conjunto de questões que implicam a vida e cidadania plena de pessoas da comunidade LGBTQIA+. Clarke, Ellis, Peel e Riggs (2010) chama à atenção para o facto de, mesmo na comunidade científica, existir a distinção entre “uns” e “outros”, existindo ainda a complexa e paradoxal relação entre a igualdade formal e a igualdade de facto, dado que para Carneiro (2009) as noções de exercício da cidadania são invadidas pela heteronormatividade sistémica.

Desta forma, para além do impacto a nível psicológico, existem efeitos nefastos dada a hostilidade que é encontrada em diversas áreas da sociedade, nomeadamente o mercado de trabalho, na área da saúde, no âmbito escolar (Waldo, 1999). A produção e reconhecimento de entidades não normativas criam sujeito dominados e marcados pela desvalorização e medo de discriminação (Butler, 1997).

O estigma social tem importantes consequências para as pessoas de minorias sexuais. O grau de consciencialização e de expectativa face a um episódio de discriminação potencia uma forma de estigma sentido, que leva estas pessoas a adotarem uma série de comportamentos que funcionam como um escudo defensivo (Herek, 2009). A estrutura e o funcionamento das sociedades contemporâneas trazem à esfera da sexualidade uma forma de relação de poder, baseada num discurso de diferença que

explica as desigualdades sociais e potencia a gestão de corpos e vidas, bem como decisões políticas e jurídicas (Butler, 1997).

4.2. A teoria do *Stress* minoritário

De acordo com a Teoria do *Stress* Minoritário, substancializada por Meyer em 1995, este define-se como *Stress* psicológico sentido por um determinado grupo, nomeadamente a comunidade LGBTQIA+, em função de uma condição de minoria em relação à maioria. Para além das situações geradores de *Stress* geral, a comunidade LGBTQIA+ apresenta maiores fontes de *Stress* comparativamente à população heterossexual e cisgénero, representando *Stress* crónico sobre esta comunidade, isto é, situações geradoras de *Stress* específicas que derivam do preconceito e estigma contra as suas características sexuais, orientação sexual e expressão e identidade de género (Hendricks & Testa, 2012; Frost, Lehavot, & Meyer, 2015).

De acordo com Meyer (2003) os fatores de *Stress* podem ser distinguidos entre:

a) Fatores de *Stress* Distais: não dependem da perceção ou avaliação que o indivíduo faz dos mesmos, isto, é substancializam-se em episódios de discriminação interpessoal - associado a eventos empiricamente verificáveis e correspondentes ao conceito clássico de discriminação - vitimização, crimes de ódio, tentativas de mudança e conversão da orientação sexual e da identidade de género, microagressões e outras situações de discriminação quotidiana (como por exemplo insultos, ameaças, tentativas de agressão);

b) Fatores de *Stress* proximais: relacionam-se intimamente com o facto de o indivíduo se identificar como LGBTQIA+, isto é, a internalização do estigma – que implica geralmente um processamento cognitivo e emocional, não sendo necessariamente observável - podendo incluir fobia internalizada, a antecipação do estigma (incluindo ansiedade e preocupação daí resultantes) e a ocultação da própria orientação sexual e/ou da identidade de género.

Assim, segundo a teoria do *Stress* minoritário (Meyer, 1995, 2003) existem quatro fontes de *Stress* minoritário referentes à população LGBTQIA+, nomeadamente: a homofobia internalizada; a perceção de estigma; as experiências de preconceito; a possibilidade de ocultar a orientação sexual.

Já Rodgers (2017) indica que existem ainda outros fatores de *Stress* presentes na comunidade LGBTQIA+, sendo a “homonegatividade expectável”, que diz respeito à expectativa de acontecimentos discriminatórios se repitam após terem sofrido destes; a “ocultação” refletindo-se na tentativa de ocultar que se faz parte da comunidade LGBTQIA+ através de uma auto-monitorização constante para que os comportamentos estejam em conformidade com a sociedade cisgénero e heterossexual e a homonegatividade internalizada, onde membros da comunidade podem internalizar as visões estigmatizadas e negativas que a sociedade tem acerca das minorias sociais, começando a pensar menos em si mesmos - ambos os autores referem estes fatores de *Stress* apresentam impactos negativos de saúde psicossocial incluindo a autoestima, podendo suscetibilizar negativamente o autoconceito. Este sentimento de identidade pode ser deturpado e influenciado pelas microagressões, afetando assim negativamente a autoestima, pois esta é pode ser entendida como a leitura que fazemos do autoconceito (Mereish, Parra, Watson & Fish 2022).

Existe, ainda, evidência acerca das pessoas mais velhas pertencente à comunidade LGBTQIA+ que indicam que associam o *Stress* minoritários crónico a um elevado declínio cognitivo precoce (Correro & Nielson, 2019), sendo que os factores de *Stress* proximais estão associados a condições de saúde crónicas nestas pessoas (Hoy-Ellis & Fredriksen-Goldsen, 2016).

Os autores Paveltchuk & Borsa (2020) referem que esta teoria também aponta fatores de proteção que ajudam a reduzir os impactos dos fatores de *Stress*, nomeadamente:

1) Relações interpessoais positivas/suporte social: Correlacionado com a forma como a família, grupo de pares, ambiente escolar/laboral interage com uma pessoa da comunidade, estando simbioticamente ligado à aceitação e criação de sensação de pertença;

2) Qualidade da relação familiar: Desenvolver uma boa relação no seio familiar está relacionada a níveis mais baixos de depressão, abuso de substâncias, ideação suicida e maior níveis de autoestima, bem-estar, auto-aceitação e desenvolvimento de uma identidade.

3) Apoio da própria comunidade: O sentimento de pertença, de proximidade e conexão promove maiores níveis de bem-estar, compreensão da própria pessoas e menores níveis de homofobia internalizada.

4) Fatores individuais como identidade social fortalecida e autoestima: Uma autoestima elevada e identidade fortalecida elevada pode causar maiores níveis de bem-estar, satisfação com a vida, de forma geral, promovendo desenvolvimento de estratégias internas para combater as questões de discriminação.

Apesar de tudo isto, a discriminação contra as pessoas de minorias sexuais e de género é ainda frequente em diversas situações e momentos do seu ciclo vital, havendo dificuldade em criar um projeto de vida sustentável e satisfatório. Em Portugal, embora se registem progressos assinaláveis no patamar legislativo, existem ainda demasiadas questões de discriminação estrutural por parte da sociedade e dos serviços que implicam a vida destas pessoas (Saleiro, et all, 2022).

Da teoria à prática, são vários os autores que estudam o impacto do *Stress* minoritário na comunidade LGBTQIA+, analisando os impactos que as microagressões, vulnerabilidades, exclusão e segregação têm para como esta comunidade, na sua vivência da realidade. Desta forma, em relação a Gomes (2022), ao analisar os impactos que as micro-agressões na pessoa, compreende que estas têm um impacto significativo no *Stress* psicológico, sendo que o *Stress* percecionado e a autoestima foram as variáveis em estudo. Já Freitas, D'Augelli, Coimbra, & Fontaine (2015), numa amostra de 84 pessoas e 23 adolescentes pertencentes à comunidade LGBTQIA+, demonstram que aqueles que experienciaram menos fatores de *Stress* relacionados com discriminação apresentavam níveis menos elevados de questões de saúde mental, sendo também possível constatar que a relação entre identidade sexual e discriminação desenvolvem maiores níveis de ansiedade. Verificou-se ainda que a interação entre a identidade sexual e a discriminação predizem o aumento dos níveis de ansiedade.

Já Chinazzo, Lobato, Nardi, Koller, & Costa (2019) através de um estudo realizado a um universo de 710 pessoas trans, demonstram que cerca de 67% teve ideação suicida, sendo que cerca de 43% já tentaram por termo à vida, sendo que 80% daqueles que tentaram correlacionar a tentativa ao facto de serem pessoas trans.

Em relação ao apoio por parte da comunidade, os autores Jablonski (2020) e Pereira e Silva (2021) constataam que questões de saúde mental têm uma relação de proporcionalidade com os apoios (social e psicossocial) disponibilizados por respostas sociais, sendo que as pessoas que apresentam uma rede de apoio e intervenção psicossocial têm um impacto positivo nas questões de saúde mental.

5. DESENHO METODOLÓGICO

| ' ' | | ' ' |

O desenho metodológico implicou uma amostra reduzida, não aleatória de sujeitos, sobre a qual se aplicou a metodologia das histórias de vida. Os dados recolhidos foram posteriormente sujeitos a análise de conteúdo. Assim, este é um estudo de natureza exploratória de abordagem interpretativa cujas características serão detalhadas abaixo.

5.1. Participantes

5.1.1. Critérios de constituição do grupo de participantes

Os critérios para a participação nesta pesquisa procuraram incluir perfis diversos no âmbito da Comunidade LGBTQIA+, maiores de idade, residentes em Portugal, de forma a compreender as perceções de cada subgrupo dentro da comunidade referida. Desta forma foi utilizado o método de amostragem não aleatória, por conveniência (Coutinho, 2014).

5.1.2. Caracterização do grupo de participantes

De forma a apresentar dados relativos ao diferentes subgrupos, e, conseqüentemente, as diferentes experiências vividas durante os períodos em estudo, foram selecionadas cinco pessoas, como mostra a Tabela 2:

Tabela 2

Descrição de participantes

Indivíduo	Idade	Subgrupo(s)
A	24 anos	Pessoa Trans, Pessoa não binária
DS	35 anos	Homem Trans
CP	34 anos	Mulher Cis Lésbica
MD	25 anos	Homem Cis Gay
MM	23 anos	Pessoa de género fluído

As pessoas contactadas foram escolhidas tendo como objetivo haver a maior representatividade possível, sendo que algumas das pessoas representam vários subgrupos, representando a interseccionalidade das questões de OIEC.

Dentro deste grupo, é possível destacar duas questões principais, as questões de identidade de género e expressão de género - representado pela pessoa A, DS e MM - e as questões de orientação sexual - maioritariamente representada pelas pessoas MD

e CP, sendo que as restantes pessoas também abordam este tema. Esta diversidade permite uma análise mais completa das questões analisadas nesta dissertação.

A pessoa A (ela/dela), de 24 anos, identifica-se como uma pessoa trans feminina, não binária e homossexual, que cresceu na zona da linha de Sintra e refere ter compreendido desde cedo que seria uma pessoa não normativa. Iniciou tratamento hormonal, tendo revertido ao perceber que não se identificava com uma expressão de género totalmente feminina. Atualmente trabalha como gestora de clientes, numa entidade bancária.

A pessoa DS (ele/dele), de 35 anos, identifica-se como um homem trans, com expressão de género masculina e heterossexual, que cresceu na zona da Ajuda, em Lisboa. Iniciou o processo de transição aos 30 anos e teve um filho gerado durante o período em que viveu no corpo de uma mulher. Ainda antes da sua transição, inicialmente identificava-se como mulher bissexual, e mais tarde como mulher lésbica. Trabalha como motorista de TVDE, como trabalhador independente.

A pessoa CP (ela/dela), de 34 anos, é uma mulher cisgénero, lésbica, com expressão de género por vezes andrógena, que cresceu na zona de Torres Vedras. Identifica que o seu processo de navegação de OIEC como precoce, tendo compreendido desde cedo que a sua orientação sexual não seria a mais normativa, sendo que levou a uma grande rutura familiar. Neste momento é vice-presidente de uma associação LGBTQIA+ e desenvolve intervenção comunitária com pessoas em situação de sem-abrigo.

A pessoa MD (ele/dele), de 25 anos, é um homem cisgénero, gay, com expressão de género masculina, que cresceu na zona de Loures. Identifica o seu processo de navegação de OIEC como instável e difícil, sobretudo por questões familiares. Atualmente é enfermeiro, estando noivo do seu companheiro.

Por fim, a pessoa MM (ela/dela), de 23 anos, identifica-se como pessoa trans, com expressão de género fluído, e orientação sexual como homossexual. Revela várias histórias relacionadas com homofobia e transfobia e refere que o seu processo de navegação como um misto de medo e representatividade. Encontra-se à procura de primeiro emprego.

5.2. Metodologia de recolha de dados

5.2.1. Histórias de Vida

Tendo em conta a complexidade do tema, a estratégia escolhida para a compreender é a metodologia das Histórias de Vida. Esta abordagem envolve a recolha e análise de narrativas pessoais detalhadas, geralmente por meio de entrevistas em profundidade. Esta abordagem permite que os participantes partilhem as suas experiências de vida, oferecendo uma visão rica e contextualizada dos fenómenos em estudo (Clandinin & Connelly, 2000). A utilização da história de vida como fundamento do trabalho sociológico é geralmente atribuída ao estudo inaugural de Thomas e Znaniecki, *The Polish Peasant* (1918). A história de vida integra, portanto, uma tradição que visa compreender as influências socioculturais na formação e no comportamento do indivíduo, enquadrando-se nas metodologias qualitativas de investigação social, sobretudo quando utilizada como técnica principal de recolha de dados.

A subjetividade inerente ao narrador, que não se submete às mesmas operações metodológicas empregues pelo investigador na construção e validação de uma teoria, está sempre presente. O narrador transmite uma visão particular do mundo e de si próprio, fundamentada no conhecimento espontâneo que detém sobre ambos.

Esta metodologia apresenta um conjunto de passos orientadores, sendo eles os seguintes:

1. Seleção dos Participantes: Escolha de indivíduos cujas histórias sejam relevantes para a pesquisa. A seleção pode ser baseada em critérios como idade, género, profissão ou qualquer outra característica pertinente ao estudo (Clandinin, 2006).
2. Entrevistas/Sessões em Profundidade: Realização de sessões abertas ou semi-estruturada, onde os participantes são incentivados a partilhar as suas histórias de vida, numa ou várias sessões, sendo que estas devem ser conduzidas de forma ética, respeitosa, dando espaço e abertura para as pessoas se expressar e com consentimento informado (Clandinin, 2006).
3. Gravação e Transcrição: As sessões são gravadas (com permissão) e transcritas para análise detalhada (Gubrium & Holstein, 2009).

4. Análise de Dados: Utilização de técnicas de análise qualitativa, como a análise temática ou a análise narrativa, para identificar padrões, temas e *insights* nas histórias de vida (Braun & Clarke, 2006).

Para o tema abordado na presente tese, a metodologia de Histórias de Vida traz-nos valor empírico das realidades vividas, sendo que os casos analisados não podem ser avaliados apenas em termos estatísticos, uma vez que essa abordagem é característica das metodologias quantitativas. O valor destes dados é determinado pelas suas qualidades teóricas e metodológicas - nomeadamente a sua ligação à natureza do fenómeno em estudo - e não pela sua relação quantitativa com um universo mais vasto, muitas vezes difícil de definir. As identidades pessoais são construídas em contextos socioculturais específicos, onde os indivíduos se apoiam num conjunto de recursos que lhes permitem aceder a uma existência pessoal e social reconhecida. O papel do investigador é identificar as ligações e lógicas de que o sujeito pode não ter consciência, a partir da informação que este lhe fornece e que se enquadra na complexa teia de relações sociais que o enforma. Este processo exige também que se considere a trajetória de vida e a história pessoal do indivíduo, pois é através delas que se podem compreender os seus comportamentos e visões do mundo (Atkinson, 1998). Como referem Digneffe e Beckers (1997), a história de vida permite o acesso a aspetos que escapam às estatísticas, às regularidades objetivas e aos determinismos macro-sociológicos, lançando luz sobre o particular, o marginal, as ruturas, as lacunas e os mal-entendidos - elementos-chave da realidade social que revelam que a realidade não é uma mera reprodução, reconhecendo simultaneamente o valor sociológico do conhecimento individual.

5.2.2. Instrumento de recolha de informação - Guião de Recolha de Informação de Histórias de Vida

Tendo em conta a metodologia escolhida, foram definidos aspetos sobre os quais era importante inquirir os participantes do estudo. A possibilidade das pessoas selecionadas poderem espontaneamente, através do seu discurso e partilha de experiências, aspetos da sua vivência, pensando não só na esfera individual, como também numa vivência macro, consiste num exercício de organização e de ressignificação das suas experiências (Toledo, 2008).

No momento de criação do guião para recolha de informação (Anexo B) devido à complexidade do tema e à própria divisão do estudo em si, e tendo em conta o conjunto de informações recolhida e esplanadas no quadro conceptual, foram criadas categorias e subcategorias que contêm as necessidades e questões sociais de relevo para a Comunidade LGBTQIA+. Desta forma, as entrevistas apresentam três categorias distintas, nomeadamente: Categoria 1 - Violência sistémica - onde será avaliada o impacto de factores externos e sistémicos na vida das pessoas; Categoria 2 - *Stress* Minoritário - onde será avaliado o impacto dos factores distais e proximais, de acordo com a Teoria do *Stress* Minoritário apresentada anteriormente, na vida e saúde mental da pessoa entrevistada; Categoria 3 - No qual a pessoa reflete sobre os impacto da Violência sistémica e *Stress* minoritário no seu projecto de vida, e de que forma encontra mecanismos de defesa para os impactos destas duas dimensões na sua dimensão pessoal. Estas categorias visam garantir alguma uniformidade na tipologia de dados recolhidos.

Assim, a sistematização de categorias de recolha de informação resultou na Tabela 3, na qual é possível verificar as categorias que estarão em análise.

Tabela 3

Sistematização de Categorias de Análise

Categoria 1 – Violência sistémica	Sub-Categoria A - Discriminação percecionada nas diferentes áreas estruturais	A.1. Educação
		A.2. Saúde
		A.3. Emprego
		A.4 Habitação
	B - Situações de violência física por questões de Orientação Sexual, Identidade de Género, Expressão de Género ou Característica Sexuais.	B.1. Violência verbal
		B.2. Violência Física
		B.3. Violência Sexual
Capítulo 2 - <i>Stress</i> Minoritário	C - Factores Distais (discriminação, crimes de ódio, tentativas de mudança e conversão da	C.1. Tipo de discriminação percecionada (episódios, histórias, etc)
		C.2. Impacto da discriminação percecionada

	orientação sexual e da identidade de género, microagressões e outras situações de discriminação quotidiana)	
	D. Factores Proximais (internalização do estigma – fobia internalizada, a antecipação do estigma (incluindo ansiedade e preocupação daí resultantes) e a ocultação da própria orientação sexual e/ ou da identidade de género.	D.1. Questões de saúde mental diagnosticada
		D.2. Situações traumáticas ou de grande <i>Stress</i>
		D.3. Tentativa de ocultação ou repressão da OIEC
		D.4. Situações de homofobia/transfobia/lgbtqiafobia internalizada
Categoria 3 - Análise Global	Sub-Categoria E. Impacto da Violência sistémica e <i>Stress</i> Minoritário no Projecto de Vida da Pessoa	
	Sub-Categoria F. Mecanismos de defesa utilizados.	

A recolha de informação a partir das histórias de vida pode constituir uma ferramenta valiosa no âmbito da metodologia das histórias de vida. Ao longo da inquirição e escuta das narrativas que são partilhadas centrada na história de vida de um indivíduo, o investigador tem a possibilidade de adaptar as suas perguntas à medida que o indivíduo partilha a sua narrativa, possibilitando uma exploração mais rica e aprofundada das experiências de vida. A flexibilidade inerente a este tipo de metodologia permite a captação dos aspetos mais subjetivos e complexos da experiência humana. Desta forma, a par com esta sistematização de ideias, as sessões de recolha de dados foram guiadas através de uma linha temporal, visando conhecer o percurso de vida da pessoa entrevistada, de forma cronológica, nomeadamente três períodos distintos: **Período da infância** - local onde cresceu, enquadramento familiar, rede de suporte familiar, atividades desenvolvidas, etc; **Período da adolescência** - local onde estudou, primeiras relações fora do contexto familiar, primeiras relações amorosas, redes de suporte

familiares e externas, navegação de questões de OIEC, processos de *coming out*, período escolar, etc; **Período jovem-adulto** - entrada no mercado de trabalho, ensino superior, questões habitacionais, relações estabelecidas, afirmação da OIEC, pertença a movimentos sociais, relações familiares, etc.

5.2.3. Questões Éticas

No ato da realização da recolha de dados, foi fornecido um Termo de Consentimento Informado (Anexo A) para dar a conhecer a investigação, bem como os objetivos da mesma.

No documento é possível ler-se que a sessão é anónima e confidencial, e que os resultados serão apenas utilizados para o presente estudo.

O documento foi entregue e assinado por todas as pessoas participantes, tendo sido entregue uma cópia assinada a cada parte interessada.

Adicionalmente, as pessoas ouvidas foram deixadas completamente à vontade para abordarem os temas, histórias e questões que considerassem importantes para contarem a sua história. As pessoas foram, ainda, deixadas completamente à vontade para vocalizar a sua orientação sexual, identidade de género, expressão de género ou características sexuais, bem como os pronomes preferenciais foram respeitados durante todo o processo metodológico.

5.3. Análise de dados

5.3.1 Análise de conteúdo

A análise de conteúdo é uma técnica consolidada nas ciências sociais e humanas, com aplicação extensiva na investigação qualitativa. Ainda assim, a sua eficácia depende de procedimentos explícitos e rigorosos que garantam objetividade, fiabilidade e validade (Ávila de Lima, 2013; Cardoso, Oliveira & Ghelli, 2021). A análise de conteúdo, de acordo com Cardoso, Oliveira e Ghelli (2021), constitui-se como uma metodologia qualitativa de pesquisa orientada para a interpretação sistemática de dados provenientes de diversas formas de comunicação, tais como textos escritos, discursos orais, imagens ou produções audiovisuais. Trata-se de um método simultaneamente objetivo e interpretativo, que articula procedimentos técnicos rigorosos com a

necessária sensibilidade hermenêutica, visando captar tanto o conteúdo manifesto como o latente das mensagens.

Os autores baseiam-se nos contributos clássicos de Bardin (1977), destacando que a análise de conteúdo organiza-se em três fases interdependentes: Pré-análise – Corresponde à fase exploratória e de organização do corpus, na qual se define o material a ser analisado e se estabelecem as hipóteses ou questões de pesquisa. Este momento inclui leitura flutuante, definição de indicadores e escolha de unidades de registo e de contexto; Exploração do material – Nesta etapa procede-se à codificação e categorização dos dados, segmentando o material em unidades significativas que serão classificadas de acordo com critérios previamente definidos. Tratamento dos resultados, inferência e interpretação – Fase de análise propriamente dita, em que se procuram padrões, relações e significados subjacentes, interpretando-os à luz do quadro teórico e dos objetivos do estudo.

Para Gomes, Cohen, Cantú & Lopes (2021) no que concerne à seleção do corpus, os autores enfatizam critérios como:

- 1) exaustividade - abranger todos os elementos relevantes;
- 2) representatividade - assegurar que o material selecionado reflete o universo estudado;
- 3) homogeneidade - manter uniformidade de formato e contexto;
- 4) e pertinência - garantir relevância face aos objetivos de pesquisa.

Para Moraes (1999) a análise do material ocorre de maneira cíclica e circular, O autor refere, ainda, que os dados não se explicam sozinhos, sendo necessário extrair deles o seu significado, o que depende de uma reavaliação continua das categorias, na busca por significados cada vez mais claros, formam um processo que nunca se completa totalmente, onde a cada ciclo novas camadas de compreensão podem ser alcançadas.

Passando à fase de categorização, segundo Cardoso, Oliveira e Ghelli (2021) esta é vista como um elemento fundamental do processo, devendo seguir princípios como: exclusividade - cada unidade deve pertencer a apenas uma categoria; homogeneidade - uniformidade interna das categorias; pertinência - relação direta com os objetivos do estudo; objetividade - definições claras e que possam ser replicadas; e produtividade - capacidade de gerar inferências significativas.

Para Gomes (2007) a interpretação sob uma ótica de pesquisa qualitativa não tem como objetivo simplesmente relatar opiniões ou indivíduos, isto é, o seu principal objetivo é a investigação do conjunto de opiniões e representações sociais relacionadas ao tema em questão. A análise dos dados obtidos não precisa incluir todas as falas e expressões dos participantes, pois, de modo geral, a dimensão sociocultural das opiniões e representações de um grupo com características semelhantes tende a compartilhar diversos aspectos comuns, ao mesmo tempo em que possui particularidades próprias (Gomes, 2007).

Na pesquisa qualitativa, a interpretação ocupa um papel fundamental. É o momento em que se confrontam a teoria base, os objetivos, as hipóteses e os resultados da pesquisa. Segundo Cardoso et al (2021), a análise de conteúdo também é um exercício interpretativo, exigindo do pesquisador uma postura crítica e reflexiva em relação aos dados. Segundo os autores, o método vai além da simples contagem de ocorrências, buscando entender a lógica, os significados e as condições de produção dos dados.

6. RESULTADOS

| " " | | " "

Através da realização de entrevistas, aplicadas ao grupo de participantes indicados acima, foi possível obter dados importantes para a análise das categorias criadas, corroborando a literatura recolhida.

O facto da análise ter sido realizada tendo em conta os períodos de vida da pessoa, tornou a mesma bastante mais rica e mais fácil de sistematizar a demonstração dos resultados.

A análise dos diferentes períodos temporais - infância, adolescência, juventude/vida adulta - serão realizados tendo em conta as três categorias em análise, nomeadamente a Violência sistémica, o *Stress* Minoritário e uma Análise Global que ajudará a sistematizar os principais aspetos relatados. Dentro de cada bloco a análise vai procurar refletir não só as referências às questões em análise, mas também para estabelecer um ponto de relação e comparação tendo em conta o desenvolvimento de cada indivíduo ao longo da vida.

É importante referir que a pessoa DS e CP não mostraram contributos significativos na fase da infância, referindo que as suas questões começaram a surgir maioritariamente na adolescência.

Ao longo da demonstração dos resultados, as questões em análise serão complementadas com unidades de texto que exemplifiquem aquilo que foi transmitido por parte das pessoas participantes, que poderão corresponder à totalidade ou a parte das unidades de texto recolhidas.

6.1. Período da infância

No período temporal da infância é possível salientar dois períodos distintos: o período antes e o período após a entrada em contexto escolar, sendo que o período após entrada na escola representa um conjunto de situações relacionados com homofobia, *bullying* e criação de mecanismos de defesa, contrapondo o período anterior à entrada no contexto escolar, no qual nenhum dos entrevistados faz referência.

É importante referir que quatro, das cinco pessoas entrevistadas, referem que, desde a infância, mostravam e eram vocais sobre as suas questões de OIEC, das quais destacamos as seguintes unidades de texto:

DS: “eu quero ser como o meu irmão, foi ali por volta dos 4/5 anos, que queria uma pilinha”;

A: “foi uma coisa [questões de género não normativas] que eles desde muito cedo se prepararam para...”.

MD: “Então eu acho que desde muito novo, ao contrário, se calhar de outras pessoas, eu sempre tive uma noção muito explícita do que era a minha sexualidade”.

6.1.1. Violência sistémica

Relativamente à categoria “Violência sistémica”, foi possível obter a seguinte as seguintes informações:

A esfera que apresenta maior impacto na vida das pessoas entrevistadas, nesta fase é a esfera escolar - contando com um total de treze referências - naturalmente relacionado com a entrada no 1.º ciclo do ensino básico. Dentro desta esfera é importante salientar que a menção ao *Bullying* - contando com oito referências - ganha uma proporção muito grande, aliada com comentários homofóbicos, violência verbal e violência física.

MM: “Eram comentários soltos e despropositados, não é? O “paneleiro”, e tudo, tudo o que vem por aí, não é? Estas estas palavras são sempre negativas e sempre foram.”;

A: “Sabia que me batiam de vez em quando, muito raramente, mas para mim, sempre foi muito mais psicológico, gozavam comigo”;

São ainda referidas questões importantes como a falta de referências LGBTQIA+ dentro do contexto escolar, bem como a estereotipação de certas atividades como tipicamente masculinas ou femininas, gerando sentimento de diferença em relação aos pares - contando com quatro referências, por parte de três das pessoas entrevistadas, como por exemplo:

A: “E na creche as discriminações são muito mais à base de se não joga futebol, ele não sei quê, portanto, ele é diferente.”;

MM: “estranhamente, para perceber o que é que era a discriminação, o que é que se quer significava essas coisas não eram faladas na escola.

Dentro dos elementos escolares, há pelo menos duas referências a comportamentos por parte de professoras primárias, sendo que uma delas mantinha comentários homofóbicos para com a pessoa entrevistada.

MD: «A minha professora primária, eu lembro-me, e isto são imagens que me ficaram muito marcadas na altura dela me dizer “Ai, mas vais para o teatro, mas isso é de meninas”, e isso foram comentários que eram assim como quem não quer a coisa, mas ficaram muito marcados.»

6.1.2. Stress Minoritário

Relativamente a questões de *Stress* minoritário, dentro das categorias originais, e com o desenvolvimento das entrevistas, houve um desdobramento das mesmas. As pessoas ouvidas apresentam mais referências dentro deste tema, mesmo numa fase mais precoce como a infância.

Relativamente a questões de discriminação existem referências à homofobia nesta fase em todas as entrevistas, que contribuem para a fase em estudo, seja em contexto escolar, como em contexto familiar.

Em **contexto escolar**, existem referências a diversos atores escolares, dentro dos quais: (i) colegas de escola - que conta com cinco referências, de três pessoas:

MM: “porque é quando os filhos começam a apanhar as piadas dos pais, é quando este tipo de coisas aparece nas televisões”

(ii) professores primários, contando com três referências, distribuídas por duas pessoas diferentes, sendo que, por exemplo a pessoa MD identifica um comportamento diferenciado por parte da professora primária, que utilizava comentários como “mas vais para o teatro, mas isso é de meninas”.

Existem, também, referências a processo de, ou tentativa de *outing*¹, sobretudo em contexto escolar. Este movimento é descrito por uma das pessoas entrevistadas.

MM: “Sempre aquela pressão dos colegas, mas eu raramente respondia, quando me perguntavam, então, e tu namoras, não é, tu gostas de gajos, não sei quê, gosto de rapazes”

Ao avaliar o **impacto que esta discriminação** teve são referidos movimentos como:

¹ “o processo pelo qual a orientação sexual de uma pessoa LGB é anunciada publicamente por outros/as sem o seu consentimento” (Moleiro, Pinto, Oliveira & Santos, 2016, p. 16)

(i) o isolamento social - contando com duas referências, por parte de duas pessoas

MD: “mas eu sempre senti um comportamento diferenciado dos outros alunos. Ou seja, meti-me um bocadinho de lado.”;

(ii) a criação de medo e sentimento de sobrevivência, referida uma vez.

A: “ Era mais uma questão deste tipo de pessoa que não sobrevive pela mão das outras pessoas na vida lá fora, e nós não podemos permitir que, ainda por cima algo deste género seja a identidade desta pessoa”;

(iii) Adicionalmente, ainda foi referida uma rutura para as colegas de escolas, que começaram a ter comportamentos de *bullying*.

MD: «Exatamente sim, e começou a haver alguma não-aceitação (por parte dos colegas) a dizerem “O MD faz coisas de menina e coisas desse género”».

Em relação a questões de saúde mental diagnosticada houve apenas uma referência a PHDA, que apesar da sua origem não estar diretamente relacionada com questões LGBTQIA+, mas que tiveram um impacto negativo na sua perceção destas questões.

A: “sempre notei muitos padrões que agora eu sei que são PHDA e apercebi-me que muitas das dificuldades e muitas das coisas relativamente até mesmo a homofobia”

Descrevendo situações traumáticas e de grande *Stress*, existe uma referência à descredibilização das questões de OIEC, por duas vezes, por parte dos pais ou familiares dentro do núcleo familiar principal.

A: “nesse aspecto, muitas das intolerâncias que eu vivi relativamente ao género e à sexualidade, sempre foi também muito a par com já um histórico de acharem que é de propósito. O que é feito para chocar ou para ter atenção.”

DS: “A maior parte dos comentários negativos que eu recebi foi dentro de casa, dentro da família.”

Ainda dentro desta subcategoria, existe uma referência a um comportamento subsequentes da discriminação sentida durante este período, nomeadamente através

da mutilação da imagem dos agentes discriminatórios, revelando ter sido um comportamento que só compreendeu mais tarde e do qual não se lembrava.

MD: “Há pouco tempo descobri daquelas fotos de turma que tiravam e (...) eu apaguei da minha mente completamente (...) na foto eu tenho furado com um alfinete na cara de todas as pessoas que me tratavam mal e tem inclusive para aí uns 5 furos na cara da minha professora.”

E ainda existe referência a um estado constante de infelicidade subsequente da discriminação sentida dentro do seio familiar.

DS: “Toda a minha vida, fui uma pessoa infeliz. E eu não sabia o motivo. Sentia-me infeliz, incapaz”

As questões mais abordadas são referentes a tentativa de ocultação ou repressão de OIEC, existem dois eixos de referência, nomeadamente tentativas interna e tentativas externas:

(i) tentativas internas de ocultação: Como tentativa de integração ou por medo de linchamento público - questão referida uma vez.

MM: “Mas na escola, obviamente que sentes logo, não é? As pessoas, até pelo pela forma que te comportas, a forma, a tua expressão de género. Portanto, a minha identificação na altura não tinha sequer discernimento, (...) para mim eu era rapaz gay a não assumir”

Como tentativa de cura - também contando apenas com uma referência por parte de uma das pessoas entrevistadas.

A: “É porque há razão para isto, então o problema é meu problema é comigo, eu sou o problema e eu tenho que curar isto”

(ii) pressão externa para ocultação e repressão de OIEC: maioritariamente com referências em relação a familiares directo, como os pais, seja com comentários homofóbicos, comentários em relação estereotipização de género de certos *hobbies/gostos* pessoais - contando com duas referências por parte de duas pessoas distintas - ou através da desvalorização completa das questões de OIEC - referido pela mesma pessoa duas vezes.

A: “parte dos meus pais era muito reprimido porque eles têm, tinham muito aquela questão de [Pah, se é para ser gay, não sejas bicha]”;

MD: “Mas eles começaram a perceber que esse tipo de atividades, que é normal, os rapazinhos gostarem, eu não tinha qualquer tipo de jeito, nem gosto de fazer.”

E ainda a pessoa DS que, como já referido anteriormente, indica ter verbalizado bastante cedo sentir alguns indícios de ser uma Pessoa Trans, sendo que à data foram desvalorizados.

Relativamente a situações de homofobia/transfobia internalizada, existem, nesta fase, seis referências, por parte de duas pessoas, que confluem no sentimento de culpa por não apresentar uma OIEC cisheteronormativa.

A: “Então havia sempre uma impressão de que se as coisas me acontecem é porque é merecido e, portanto se é merecido eu tenho que procurar o que é que eu fiz, o que é que há de errado comigo? (...) que se manifestou principalmente depois na vertente LGBT, porque depois vem com todos os estigmas”

MD: "Eu só pensava, não, eu não sou normal."

6.1.3. Análise Global

Dentro da categoria “Análise Global”, neste período específico, foram identificadas, dentro das subcategorias, as seguintes questões:

Dentro do período da infância existiram algumas referências relativamente ao impacto da violência sistémica e *Stress* minoritário, sendo que pelo menos uma pessoa não contribuiu para esta categoria. Não obstante, foram recolhidas onze referências relacionadas com impactos, directo ou indirectos, relativamente às questões de OIEC, por ordem de relevância perante o número de referências, como descritos na Tabela 4:

Tabela 4

Impacto da Violência sistémica e Stress Minoritário no Projeto de Vida da Pessoa Período da Infância

Questões referidas	Nº de referências	Nº de pessoas
Isolamento social	2	2
Absentismo e insucesso escolar	2	1

Sentimento de diferença perante os pares	2	1
Perturbações do sono e estilo de vida	1	1
Rutura familiar	1	1
Tentativa de cura e ocultação	1	1
Trauma religioso	1	1
Sentimento (positivo) de inclusão por existir representatividade	1	1

Através da informação apresentada, é possível constatar que maioritariamente os impactos são negativos, à excepção de uma pessoa que refere que, durante a infância, estava rodeada de representatividade e que, devido a isso, não sentiu discriminação.

CP: "Não me senti na infância diferenciada."

Relativamente a mecanismos de defesa utilizados, as pessoas entrevistadas foram revelando os mecanismos utilizados durante o período da infância, sendo que alguns destes mecanismos refletem a fase precoce que viviam durante este período. Nesta categoria é possível contar com dezanove referências, como descrito na seguinte tabela:

Tabela 5

Mecanismos de Defesa utilizados Período da Infância

Questões referidas	Nº de referências	Nº de pessoas
Ambiente familiar (família nuclear) seguro	4	3
Comportamento agressivos (agressor)	3	1
Isolamento social, como proteção	2	2
Refúgio em práticas artísticas	2	1
Contacto diário com pessoas da comunidade LGBTQIA+	2	1

Identificação de aliados em contexto escolar	1	1
Associação de jovens delinquentes	1	1
Apoio psicológico	1	1
Ocultação de OIEC durante décadas	1	1
Afirmação precoce de questões de OIEC	1	1
Ambiente familiar (família alargada) seguro	1	1

Dentro das respostas dadas é possível identificar diversos comportamentos, sendo importante ressaltar:

- 1) a importância de criar espaços seguros - no seio familiar, através de espaços de libertação como as práticas artísticas;
- 2) a identificação de aliados - seja a nível escolar ou a nível familiar;
- 3) o contacto com pessoas da comunidade e compreender a representação de entidade não normativas;
- 4) o contraponto entre a pessoa que escondeu a sua identidade de género durante décadas, em relação à pessoa que revelou a sua orientação precocemente - demonstra a diversidade de vivências de processos de *coming out*.
- 5) apesar dos vários factores de violência e *Stress* que foram descrevendo, apenas uma das pessoas entrevistadas recorreu a acompanhamento psicológico.

6.2. Período da Adolescência

O período da adolescência é aquele que apresenta uma mudança significativa para todas as pessoas entrevistadas. É nesta fase que existe uma intensificação não só de questões externas - como violência verbal, questões de homofobia e transfobia, situações de *bullying* e descoberta sexual - mas também questões internas - como internalização de estigma, tentativas de ocultação de OIEC, tentativa de integração em grupos de pertença, movimento de hipersexualização.

Devido à grande afluência de referências de experiências vividas pelos participantes, não será possível incluir todas as unidades de texto, pelo que serão expostas algumas que confluem nas intenções de todas as respostas.

Todas as pessoas entrevistadas mostram-se sensibilizadas em falar desta fase, havendo referências constantes de períodos a algo negativo.

MM: "A adolescência foi um período que eu gosto de dizer que deitava nas trincheiras, tive sempre nas trincheiras, parecia, olha horrível."

MD: "(a adolescência) Foi uma fase negra, muito negra".

6.2.1. Violência sistémica

Relativamente a questões de violência sistémica, tendo em conta a situações de discriminação percebida nas diferentes áreas estruturais, comparativamente à fase da infância, mantém o maior número de referências na esfera escolar. Dentro da esfera escolar, entre as várias pessoas entrevistadas, foram referidas dezassete questões, que foram possíveis agrupar da seguinte forma:

- 1) **Bullying e violência:** correspondendo a cinco referências a situações de *bullying*; Violência sexual, contando com uma referência; situações de homofobia, correspondendo a duas referências.

MM: "É uma coisa, é um processo que não terminava, era infundável até que depois eu saí da secundária."

A: "Os balneários deixavam extremamente desconfortável, especialmente porque esse era o tipo de gozo que levava."

- 2) **Discriminação e exclusão** (por parte de diferentes agentes da comunidade escolar): Uma das pessoas entrevistadas referiu três tipos de discriminação e exclusão por parte de diferentes agentes em contexto escolar, nomeadamente por parte de colegas, uma professora e uma auxiliar de ação escolar. Adicionalmente, existe uma referência à associação de género a determinadas atividades escolares, como por exemplo alguns desportos. E ainda uma referência à falta de aceitação de identidades não normativas.

CP: " A minha professora de psicologia, disse que as minhas notas estavam a descer por causa do meu estilo de vida, isto é uma expressão muito pejorativa, este estilo de vida de ser lésbica."

3) **Sentimento de instabilidade e diferenciação:** Constataram-se três referências, distribuídas por três pessoas.

CP: "Comecei-me a sentir diferenciada ali na altura, dos 12, 13, 14, que era na altura que toda a gente namora e que joga aqueles jogos terríveis de verdade e consequências"

4) **Alteração de percursos escolares:** Duas das pessoas ouvidas referem ter mudado de escola, inclusivamente, uma delas, para percursos escolares alternativos como os cursos EFA, por consequência das situações de vulnerabilidade sentidas em contexto escolar.

MM: "E no EFA tranquilo, foi uma coisa que literalmente salvou. Geralmente salvou-me em termos de sanidade mental, de psicologicamente"

A: ". E eu vou ter que lidar com isso e, portanto, vou ter que começar a ajustar as minhas coisas e, portanto, eu decidi também mudar de escola, porque o ambiente era aquele e eu queria começar de novo"

5) **Processos de *coming out*:** uma das pessoas refere que o seu processo de *coming out* foi realizado durante a adolescência, sendo a primeira pessoa abertamente LGBTQIA+ em contexto escolar, resultando num impacto negativo.

CP: "Claramente sim, sim, nós fomos as primeiras lésbicas daquela parvalheira de secundária."

E ainda, "Na escola, por exemplo, nós éramos as últimas a tomar banho. Sim foi assim, foi assim um bocadinho violento."

Relativamente a questões de saúde, é referido a corrente contrária, uma vez que uma das pessoas refere ter tido um diagnóstico positivo de VIH e ter tido acompanhamento sem intercorrências e sem qualquer tipo de discriminação.

MM: "Todos apoiaram todos desconstruíram muita coisa, mas sim. A partir daí todo é o encaminhamento para consultas foi feito tranquilamente. Não houve nenhum problema médica incrível, Enfermeiras."

No que diz respeito a questões de situações de violência por questões de OIEC, existem referências relativas à violência verbal e, ao contrário da fase da infância, violência sexual. Em termos de violência verbal, foram referidas dez vezes por parte de três das pessoas entrevistadas, situações de comentários homofóbicos, dirigidos às próprias pessoas ou a pessoas da Comunidade LGBTQIA+. Considerando a violência sexual, foram referidas várias questões, por parte de duas pessoas diferentes, dentro do subgrupo das questões de gênero, nomeadamente:

1) Coação sexual na primeira experiência sexual;

MM: "Eu tive eu fui coagida a ter sexo, eu fui coagida por essa pessoa. A em que eu fui à casa desse meu namorado na altura, ok, ele queria muito fazer sexo e eu não queria. Ok, eu disse que não queria."

2) Simulação de interação e importunação sexual em contexto de balneário por parte de colegas - contando com duas referências;

A: "Chegaram me uma vez enquanto eu estava a arruar coisas na mala, a virem por trás e agarraram pelas ancas e é basicamente, não é agora esqueço-me do termo, mas era um *hump* (...) A simular, não é, interação sexual."

3) Aliciamento sexual por parte de homens mais velhos;

A: "E eu entrei na aplicação, coloquei o meu limite de idades para, na altura, foi entre os 18 e os 20 ou 25 (...) o problema é que o *grindr* nesse aspecto é muito predatório (...) Eu recebia muitas mensagens de pessoas muito mais velhas, significativamente mais velhas."

4) Situação de *Grooming*², que conta com cinco referências, por parte da mesma pessoa.

A: "Não tivemos envolvimento sexual dessa vez, mas eu cheguei lá mais 2 vezes, onde houve em movimento sexual e das 2 vezes havia também há muito interesse da parte dele nos meus interesses mais infantis, por

² *Grooming* é um processo de manipulação psicológica utilizado por agressores para ganhar a confiança de uma vítima — geralmente menor de idade — com o objetivo de explorá-la sexualmente, emocionalmente ou de outras formas abusivas. Este processo pode ocorrer tanto presencialmente quanto online e, muitas vezes, envolve a criação de um vínculo emocional (Lorenzo-Dus, Evans & Mullineux-Morgan (2023))

exemplo, na minha coleção de bonecas, por exemplo, havia um grande interesse na parte de eu ser magro e a não ter muito pêlo. "

6.2.2. Stress Minoritário

Em termos comparativos, foram identificadas muitas mais questões relacionadas com *Stress* minoritário relativamente às restantes categorias, compreendendo cento e cinco referências, distribuídas pelas diferentes subcategorias. As experiências de *Stress* minoritário revelaram-se transversais aos contextos de vida dos participantes, estando divididas entre fatores distais e proximais.

Em relação a factores distais, e em termos tipo de discriminação percecionada, podem-se retirar as seguintes ilações:

- 1) Existe uma elevada incidência relativamente à homofobia e transfobia, tanto em contexto escolar, como em contexto familiar, sendo referido por todas as pessoas entrevistadas;

MD: "Depois começou as questões de *bullying* e etc. com alunos mais velhos porque percebiam perfeitamente que Eu Não jogava futebol, estava mais com as raparigas e diziam «Ah o Martim é gay»"

DS: "Eu Não podia sequer sentar junto dela na bancada a ver os treinos das seniores, porque a treinadora começava a mandar vir connosco. Nós tínhamos que nos afastar."

- 2) Existem trinta e três referências relativamente à Discriminação direta, seja em termos patologização, processos de *coming out* negativos.

A: "O discurso é um tanto frustrante e a achar que podia estar dependente de Doenças mentais, portanto, que ela colocou-me numa psicóloga"

CP: "Eh pá Sim, lembro-me. Lembro-me de nós estarmos a namorar no banco e aparecer a contínua, funcionária da escola e dizer que nós não podíamos estar a fazer essas poucas vergonhas ali."

Consequentemente, os impactos da discriminação percecionada, são referidos, maioritariamente, impactos sociais e emocionais, nomeadamente: isolamento, interrupção de apoios psicológicos, repressão familiar.

DS: "Pensei muitas vezes a acabar com a vida por assuntos supérfluos"

A: "Ela percebeu que a psicóloga não estava a dizer aquilo que ela queria, tirou-me."

Comparativamente os factores distais, os factores proximais é onde encontramos o maior número de referências dentro do Capítulo do *Stress* Minoritário, contando com oitenta e cinco referências. Dentro dos dados obtidos é possível perceber processos de autorregulação emocional profundamente marcados pela antecipação do estigma e pela tentativa de conformidade a normas heteronormativas.

MM: "Sou um homem, uma pessoa, um macho pronto vamos, sim visto umas jardineiras a se fosse uma jardineiras com uma camisolinha assim simplesinha pronto, já vai ser olhado, ai meu Deus, que escaleira se usar animal print se usar."

DS: "Passei pela aquela fase de ser uma pessoa, uma mulher bissexual, porque eu na verdade gostava de Mulheres, mas para a sociedade era menos agressivo na minha cabeça."

CP: "E foi aí que que ela disse que tínhamos que guardar segredo e guardámos segredo. Ela mudou de escola, isto foi nono ano no décimo ano. Eu não me identificava como lésbica porque ser lésbica era mau"

Relativamente a questões de saúde mental diagnosticada, não foram indicadas questões por parte das pessoas ouvidas, sendo que a única referência recai sobre o encaminhamento para acompanhamento psicológico.

Já em relação a situações traumáticas e de grande *Stress*, são referidas algumas questões de saúde mental, que apesar de não serem diagnosticadas por parte de um profissional de saúde, são questões identificadas por parte das pessoas ouvidas, que decorrem de questões de OIEC, como: internalização de culpa, disforia de género, sentimento constante de infelicidade, comportamentos autodestrutivos, que contam com uma referência cada e tentativas de suicídio, com duas referências por parte de duas pessoas distintas.

A: "Eu cheguei a tentar matar-me uma vez, OK, porque é difícil lidar com questões de sexualidade, género e exclusão social."

DS: "Toda a minha vida, fui uma pessoa infeliz. E eu não sabia o motivo. Sentia-me infeliz, incapaz"

A: "Aquela pressão toda de nunca tive um beijo, nunca tive uma relação sexual. Toda a gente já teve e eu nunca tive nada, não sei quê, não sei que. Mais, eu já estava numa num numa rotina quase autodestrutiva porque infelizmente até as próprias mensagens com este homem de 40 anos, faz-me sentir promíscuo não é"

Dentro de situações de discriminação foram indicadas cinco questões distintas: descoberta, parte mãe, de entidade feminina em realidade online; receio de integração profissional por antecipação do estigma; pressão por *outing*, referida duas vezes; medo de discriminação; e pressão externa.

No que concerne a tentativas de repressão de ocultação de OIEC, sendo por pressão externa ou interna, foram experiências relatadas por todos os participantes, com diferentes níveis de intensidade.

CP: "foi muito giro porque toda a minha descoberta sexual foi com ela e vice-versa, e foi. Ao contrário daquilo que eu achava que tinha que me obrigar a estar com um rapaz, porque todas as amigas estão com os rapazes"

MM: "Tirar o peso, clarificar mesmo todos os meus pensamentos e pensar, não Martim se calhar é isto e não há problema. E eu tentava repetir isso várias vezes na minha cabeça."

A pressão externa (família, religião, escola) surge como fator significativo para o silenciamento das identidades, representando sete referências, sendo que a antecipação do estigma (medo do julgamento ou rejeição antes de qualquer exposição real) leva também a pressões internas, de forma a um maior movimento de integração e medo de linchamento público, representando vinte referências.

A: "E ele (o psicólogo) disse-lhes [retirem o (A) do mundo dele] e os meus pais fizeram. Foi, retiraram-me tudo. Ora, isto é telefone com acesso à internet foi-se e não posso ouvir música, estou proibido ouvir música. Tiraram-me tudo o que era a bonecas, Lady Gaga, tudo o que fosse

perucas, tudo o que fosse minimamente, digamos feminino, o que quer que fosse, que nos achassem, que fosse promíscuo digamos assim foi."

Agrupando as experiências dos participantes por temas, é possível obter a seguinte distribuição:

- 1) Antecipação do estigma, que conta com cinco referências;
- 2) Internalização de culpa e percepção negativa da identidade, contando com um total de quatro referências;
- 3) Disforia de gênero e/ou desconforto com a sua expressão de gênero, com duas referências;
- 4) Medo/receio de associação à Comunidade LGBTQIA+, referido duas vezes.

6.2.3. Análise Global

Comparativamente ao período da infância, existe um número muito maior de resultados, inclusivamente por parte das pessoas que não contribuíram tanto no período anterior. Para além das pessoas ouvidas referirem que o período da adolescência lhes trouxe muitas mais barreiras e questões, é também importante referir que os episódios de discriminação descritos aumentaram, tendo aumentado, também, os impactos sentidos, bem como os mecanismos de defesa utilizados. No total foram indicadas sessenta referências relativas a impactos sentidos, sendo que foram indicadas quarenta e sete referências de mecanismos de defesa.

Relativamente aos impactos sentidos, foi possível sistematizar a informação recorrendo à Tabela 6:

Tabela 6

Impacto da Violência sistémica e Stress Minoritário no Projeto de Vida da Pessoa Período da Adolescência

Questões referidas	Nº de referências	Nº de pessoas
Isolamento social / perda de rede de apoio	20	5
Impacto negativo para questões de OIEC	9	5
Problemas na saúde emocional / instabilidade psicológica	6	3

Ruturas familiares e relacionais	6	3
Impacto negativo na trajetória escolar	6	2
Sentimentos de insegurança	6	2
Dificuldade em relações amorosas e afetivas	4	2
Hipersexualização precoce / exposição a conteúdos adultos	4	2

Dentro das respostas fornecidas, é possível verificar que existem pontos confluentes em relação à fase anterior, nomeadamente o isolamento social, a rutura familiar, o impacto negativo face à escola e o impacto negativo relativamente às questões de OIEC, e consequentemente do próprio autoconceito.

Adicionalmente foram identificados novos impacto, que sendo naturais da fase de vida em análise, são questões muito profundas e que têm um impacto muito mais extensivo e longitudinal, que se correlacionam entre si, nomeadamente, a dificuldade em estabelecer relações amorosas frutíferas, a necessidade de hipersexualização e/ou exposição a conteúdos adultos de forma precoce, levam a um grande sentimento de insegurança para com a própria pessoa, mas também coloca em causa a saúde emocional e estabilidade psicológica.

Relativamente a mecanismos de defesa, na mesma linha que a subcategoria F., é possível verificar que existe uma adaptação dos mecanismos à fase da adolescência, sendo que os principais mecanismos de defesa referidos na fase da infância transitam para a presente fase. Na tabela 7 é possível verificar esta evolução relativamente a mecanismos de defesa.

Tabela 7

Mecanismos de Defesa utilizados Período da Adolescência

Questões referidas	Nº de referências	Nº de pessoas
Criação de espaços seguros/redes de apoio	17	5
Afirmação identitária	8	3

Comportamentos disruptivos	8	2
Ocultação/repressão de OIEC	7	4
Comportamentos de hipersexualização e fuga emocional	5	2
Acompanhamento psicológico	1	1
Aceitação de questões de saúde (VIH)	1	1

Como é possível verificar, deu-se um aumento significativo nas referências relativamente às seguintes questões: Criação de espaços seguros e/ou criação de redes de apoio informal; Afirmação identitária; comportamentos disruptivos; e situações de ocultação e repressão de OIEC. Já o acompanhamento psicológico manteve-se com o mesmo número de referências.

Surgem novas questões como a fuga emocional e comportamentos de hipersexualização e ainda a aceitação de questões de saúde, em conjunto com uma primeira análise das causas destes comportamentos.

6.3. Período Jovem/Adulto

Os resultados relativos à fase jovem-adulta e adulta demonstram a persistência — e em alguns casos, a intensificação — dos efeitos da violência sistémica e do *Stress* minoritário experienciados desde a infância. Esta fase revela uma maior complexidade nas vivências, marcada por um confronto direto com estruturas sociais e institucionais, como o trabalho, habitação e saúde, onde as pessoas LGBTQIA+ continuam a enfrentar exclusão, estigmatização e situações de instabilidade. Paralelamente, observa-se uma ampliação e sofisticação dos mecanismos de defesa e de afirmação identitária, ainda que estes coexistem com impactos significativos no projeto de vida.

6.3.1. Violência sistémica

Nesta fase, a violência desloca-se com mais força para os contextos laborais e habitacionais, mantendo-se também no campo da saúde. Os participantes reportam experiências de discriminação nos quatro domínios relacionados com as áreas

sistêmicas, nomeadamente escola/educação, saúde, emprego e habitação, ao contrário do que tinha vindo a ser referido anteriormente – seja através de referências a transfobia, homofobia silenciosa, perda de oportunidades de trabalho e até situações de sem-abrigo foram identificados - configurando situações e exclusão sistémica.

A entrada no mercado de trabalho, longe de significar autonomia e estabilidade, é frequentemente marcada por discriminação e micro-agressões laborais, sendo que foram referidos episódios de transfobia, homofobia silenciosa e perda de oportunidades profissionais, por três das pessoas participantes.

MM: "A segunda experiência foi curta, Graças a Deus, e aí sim, aí sim havia discriminação silenciosa que ainda é outra coisa muito difícil de definir e muito difícil de explicar para quem não sofre, o que é eu sei que é homofobia. Eu sei que estás a fazer isto para homofobia, mas eu não consigo provar que é."

DS: "Fui desrespeitado pela minha equipa noturna e pessoas que trabalhavam comigo, que andaram na escola, pá, tentaram usar ali um bocado dos comentários menos positivos, ao ponto de eu ter que usar a agressividade."

CP: "No trabalho é engraçado. Eu, já a namorar com esta pessoa, portanto, "Olá sou a Cristiana e sou lésbica" (...) houve um colega do trabalho que eu não me lembro porque é que a conversa foi para algo do tipo os paneleiros deviam todos morrer. As lésbicas não. Porque há sempre aquela coisa do sexualizarem a orientação de duas mulheres"

A identidade continua a funcionar como barreira ao acesso e à permanência laboral, existindo referências a crimes de ódio que levaram a pessoa a apresentar queixa-crime por discriminação, e posteriormente ao despedimento por receio de represálias.

CP: "Nesse dia fui falar com a minha entidade patronal e disse que não me sentia segura a trabalhar com essa pessoa. E apresentar uma queixa de assédio contra ele. Na verdade, desde o episódio dos meus pais que eu mudei aqui um chip em mim e foi. A minha orientação sexual não vai ser invalidada"

Surgem, pela primeira vez, questões relativamente à habitação, casos de instabilidade habitacional e situações de sem-abrigo, por parte de pessoas que revelam terem sido expulsas de casa quando se assumem perante a família. Este movimento apresenta uma vulnerabilidade acrescida, a par com o rompimento esdrúxulo dos projetos de vida delineados até ali.

DS: "Maior parte, sim. Pelo menos dois anos. Dois anos de transição (na casa de acolhimento para pessoas LGBTQIA+)"

MD: "E eu, nessa altura, fui meio que expulso de casa. Os meus pais disseram que não me queriam ver que não queriam estar comigo para eu me ir embora e pronto."

CP: "Teve aqui um período em que não tinha muito bem para onde ir. Então aí foi um bocado complicado, porque eu estava na faculdade, estava a trabalhar no sítio onde a minha mãe trabalhava, tinha o meu pai louco à minha procura. Então ia dormi aí na rua"

Ainda dentro da área da habitação, surge uma referência relativa a discriminação no processo de arrendamento, por ser um casal lésbico a arrendar a habitação:

CP: "Para alugar casa (...) lembro-me de ser um constrangimento, a minha orientação sexual, que na altura preferi ser só eu. Porque se fazia muito isso de serem duas mulheres a alugar uma casa."

O contexto escolar – já em contexto de ensino superior - embora com menor expressão, surgem referências ao absentismo escolar e a dificuldade no pagamento de propinas por vulnerabilidade habitacional, após expulsão de casa por questões de OIEC, demonstrando o impacto direto da violência familiar na trajetória académica.

Já no âmbito da saúde, são referidos problemas de acesso, qualidade e formação das pessoas trabalhadoras das unidades de saúde em relação a questões fora das normativas, como por exemplo:

- a) Heteronormatização de cuidados de saúde:
CP "Lembro-me de ir a uma consulta de planeamento familiar. E me impingiram a pílula por causa da do início da relação sexual."

- b) Demora na resposta por parte do Sistema Nacional de Saúde para processos de transição:
DS "Tenho conhecimento de algumas pessoas que estão no sistema nacional de saúde e passam um bom bocado para começarem a ter consultas com regularidade. Eu na altura estava a trabalhar, tinha dinheiro, fui para o privado".

A violência sexual, mantém-se presente na vida adulta, sendo relatada em contextos públicos, privados e institucionais:

Na esfera pública, foram referidas questões como assédio sexual – referido duas vezes – e um episódio de abuso sexual

MM "não é só quem é agressivo a nível físico e também quem é agressivo a nível sexual. (...) na noite abusam, ou apalpões ou o que for"

CP "Quando eu conheci (...) essa pessoa em específico, na primeira noite que eu sigo com elas, fomos à casa de banho, ela disse para entrar no compartimento (...) na casa de banho com ela, eu entrei a pensar que era para segurar a porta e ela salta para cima de mim e assim muito, muito como quem me quer comer, não é verdade? E foi muito assustador porque não estava lá para isso e pedi ajuda e na verdade não vai ninguém"

Na esfera privada, mantém-se proeminente a questão de *grooming*, já identificada anteriormente, aparecendo também a realização de trabalho sexual em troca de condições habitacionais, referida por uma pessoa:

CP: " Envolvei-me com uma rapariga desse grupo. E, basicamente tínhamos um acordo que era eu tinha relações sexuais com ela e ela deixava-me dormir na casa dela. E às vezes, sabia-me bem uma cama."

Ainda dentro da violência sexual, existe referência a um episódio de assédio dentro de uma associação LGBTQIA+.

MM: "Eu fui assediada nessa instituição por um voluntário ao qual a direção me respondeu que não foi assédio, pronto porque a pessoa estava muito cansada e eram quatro da manhã."

A violência verbal, nomeadamente comentários transfóbicos, continua a marcar a vivência de pessoas que participaram na investigação, sendo a forma de violência mais reportada, contando com quatorze referências, por parte de três pessoas distintas:

DS: "Ter uma imagem de Homem Cis para a sociedade está tudo bem a agora, quando na verdade dizes que "Ah e tal eu tenho barba, mas tenho uma vagina, calma lá. E aí já assunto já é outro, já descambou um bocadinho"

MD: "porque ele não é gay. Isto foi coisinhas que lhe meteram na cabeça, porque eu conheço o Martim há demasiados anos para saber que ele não é gay."

CP: "A minha mãe disse-me que eu tinha duas opções: Ou arranjar um namorado? Para mostrar ao meu pai que eu era normal. Ou então sair de casa"

6.3.2. Stress Minoritário

O *Stress* minoritário continua a manifestar-se de forma transversal, com algumas nuances mais desenvolvidas em relação às fases anteriores.

Relativamente a factores distais, mantêm-se predominantes situações de discriminação como homofobia e transfobia no seio familiar, contando com seis referências, distribuídas por três pessoas distintas:

DS: "falam muito do *bullying*, não é? Da sociedade, mas a maior parte dos comentários negativos que eu recebi foi dentro de casa, dentro da família, Casa."

MD: "E o que é que eles vão dizer e o que é que a tua família vai dizer e o que que vai acontecer e és um desgosto e pronto começou assim num loop"

CP: "O meu pai estava mesmo muito chateado e disse coisas como que eu era um monstro. Que eu era assim, a culpa era da minha mãe."

Apenas a pessoa A refere que começa a existir, nesta fase, um movimento de aceitação por parte do seio familiar de forma geral.

A: "Mas na altura, aquilo foi extremamente firme do meu lado feminino, que era um lado que era meio que negligenciado e que só tinha abertura nos looks que eu às vezes fazia, mas a tive a minha mãe a adotar pronomes femininos. A ponderei até em mudar o meu nome."

Como consequência direta da discriminação vivida, os participantes demonstram novas formas de gerir estas questões, podendo dividir-se em: consequências positivas (com uma referência cada) – resiliência identitária, necessidade de apoiar a comunidade LGBTQIA+ e resignificação de experiências negativas; consequências negativas – mais proeminentes como Despersonalização/ desumanização da própria existência (contando com duas referências), culpabilização parental e o Desejo de aceitação externa (uma referência cada).

Os fatores proximais revelam a persistência de alguns processos internos associados às questões de OIEC e vivências de identidades não normativas.

Como experiências traumáticas ou de grande *Stress*, a expulsão de casa por questões de OIEC surge, tal como indicado já anteriormente, referido por três pessoas que viveram nesta situação, sobretudo pela instabilidade e pouca segurança que esta vivência lhes trouxe a nível psicológico. Existe, ainda, referência a questões de disforia de género, referidas por duas pessoas:

A: "Com a vinda do Verão em 2024, as alterações que eu estava a sentir já não estavam, já não estavam em congruência com o que eu estava a sentir que estava a começar a sentir disforia (...) E eu simplesmente depois comecei a fazer o desmame da medicação."

DS: " E quando faço a transição, em mim, a minha imagem começa a modificar, ia ser aquilo que eu quero gostar de me ver ao espelho. Havia algo no meu corpo, não batia, certo, era as mamas, sempre foi as mamas."

Bem como processo de *coming out* involuntário e adicionalmente, neste caso, também de *outing*:

MD: "E o meu pai lá num dos dias nos Açores, pede-me para tirar uma foto com o meu telemóvel (...) e cai uma Mensagem do meu na altura já namorado a dizer "Amo-te muito" e o meu pai trancou a cara e fez-me um tratamento de silêncio."

e "Um mês, eu descubro que a minha melhor amiga tinha ido tomar um chá com os meus pais e que lhes tinha dito que eu era gay."

Em contraponto com a fase da adolescência, existe uma diminuição de referências relativamente à ocultação e/ou repressão de OIEC, contando apenas com três referências, por parte de duas pessoas distintas:

- a. Ocultação de relações homoafetivas/homossexuais – 2 referências

MD: "Mas pronto na altura, foi a opção que eu escolhi foi não me abrir para ninguém, nem para as pessoas que eu sabia que seria um porto seguro."

- b. Ocultação de OIEC em contexto laboral – 1 referência

CP: " E depois de ouvir que não fiquei num sítio de estágio, porque a minha tipologia de perfil não era adequada. Epá borrifei-me mesmo nisso e tive a bênção de ir para um para uma associação em que eu posso ser e estar e vestir-me como eu quero."

A antecipação do estigma é comum referido por MM, DS e MD refletindo um estado de vigilância social constante, que se reflete em referências relativas a internalizada destes estigmas, movimento também referido por A e DS.

6.3.3. Análise Global

Com a evolução das situações de discriminação vividas pelas pessoas participantes no estudo, os impactos percecionados também evoluem para um novo panorama diferenciado dos anteriores. Esta fase é a que demonstra menos impactos sentidos por parte dos participantes, aliado com a sofisticação de mecanismos de defesa. No entanto, os impactos referidos demonstram ser complexificados, podendo representar danos relativamente à sua integridade física e projeto de vida.

A tabela 8 apresenta os impactos referidos pelas pessoas que participaram no estudo, relativamente à fase adulta:

Tabela 8

Impactos da Violência sistêmica e Stress Minoritário no Projeto de Vida da Pessoa Período Jovem-Adulto/Adulto

Questões referidas	Nº de referências	Nº de pessoas
Rutura/isolamento Familiar	15	3
Impactos negativos na autodeterminação/afirmação identitária	4	3
Isolamento Social	3	1
Situação de sem-abrigo/instabilidade habitacional	3	3
Ansiedade e sentimento de insuficiência	2	2
Consumos de álcool e drogas	2	1
Fortalecimento de laços com família alargada	1	1

Relativamente a mecanismos de defesa adotados, na fase adulta, existe um movimento confluyente entre todas as pessoas que participaram no estudo, nomeadamente a diversificação de estratégias de defesa em contraponto com as fases anteriores, verificando-se estratégias de defesa mais resilientes, construtivas e de maior aceitação. Os dados também revelam uma forte capacidade e/ou necessidade de construção identitária e afirmação pública da mesma, encontrando aqui um lugar seguro para o fortalecimento de mecanismos mais robustos e focados na criação da sua própria persona.

Dentro das várias referências fornecidas pelas pessoas participantes, foi possível extrair a Tabela 9:

Tabela 9

Mecanismos de defesa utilizados Período Jovem-Adulto/Adulto

Questões referidas	Nº de referências	Nº de pessoas
Criação de espaços seguros/redes de apoio	39	5
Afirmação identitária/autodeterminação	36	5

Movimento de aceitação no seio familiar	8	3
Isolamento social	4	2
Ativismo	3	2
Apoio Psicológico	3	2
Maior contacto com pessoas da comunidade LGBTQIA+	3	1
Fortalecimento de relações interpessoais	3	1
Ocultação de OIEC	2	2
Identificação de pessoas aliadas	2	1
Comportamento agressivo	2	1
Trabalho sexual	2	1
Práticas artísticas	2	1
Consumos de álcool e drogas	2	1

Através da tabela é possível verificar o peso que mecanismo como a criação de espaços seguros e de maior aceitação, e a autodeterminação e afirmação identitária têm na vida dos participantes – todas as pessoas referem este movimento como essencial para o seu bem-estar psicológico e estabilidade individual - CP, por exemplo, destaca-se pela afirmação ativa da sua identidade, recorrendo a práticas artísticas, redes de apoio e ativismo como formas de afirmação e reparação da violência que sofreu. Já MM e A encontram na criação de espaços seguros e no fortalecimento de redes interpessoais estratégias centrais para a afirmação pessoal e profissional. Já DS e MD referem que afastam pessoas que não aceitam a sua identidade, uma vez que não pretendem ocultá-las mais.

Encontramos ainda alguns mecanismos já referidos nas fases anteriores, como comportamentos agressivos, isolamento social e ocultação de OIEC, todavia apresentam uma expressão muito menor relativamente aos restantes mecanismos referidos. Pode também explicar-se por ter existido um processo de *coming out* tardio, como por exemplo com DS e MD, o que fez com que exista um arrastar das questões de navegação de OIEC e antecipação de estigma para a fase adulta.

O bem-estar psicológico surge, de forma mais expressiva, nesta fase, na qual as pessoas procuram encontrar forma de gerir o *Stress* psicológico através de

acompanhamento com uma pessoa psicóloga, práticas artísticas e consumos de álcool e drogas.

É, ainda, importante referir que surgem mecanismos como o trabalho sexual em resposta à pessoa ter sido expulsa de casa por elementos da família nuclear, tendo de utilizar este mecanismo como estratégia de sobrevivência.

7. DISCUSSÃO DE RESULTADOS

| ' ' | | ' ' |

A presente análise visa interpretar os resultados obtidos nas três etapas da vida dos indivíduos que constituem este estudo — infância, adolescência e fase jovem-adulta/adulta — à luz do referencial teórico sobre violência sistêmica e *Stress* minoritário vivenciado por indivíduos LGBTQIA+. Neste capítulo, serão discutidas tanto a continuidade quanto a transformação dos padrões de exclusão e resistência, além das implicações desses achados para a compreensão do desenvolvimento psicossocial e para a elaboração de políticas públicas que promovam a inclusão à luz de contributos teóricos e empíricos da literatura, procurando compreender os mecanismos pelos quais tais experiências moldam o desenvolvimento psicossocial, a construção identitária e as estratégias de defesa.

Realizando uma análise longitudinal simples, dentro dos dados obtidos, existe uma clara evidência que a violência sistêmica se manifesta de maneira contínua, embora adaptada às particularidades de cada etapa da vida coadunando com a visão de Ruggiero (2019) que entende como os danos produzidos e reproduzidos pela própria estrutura social e pelas instituições que a sustentam, impedindo o acesso a necessidades básicas e comprometendo a existência digna, manifestando-se desde a infância e molda, em interação com fatores psicossociais, o percurso de vida destas pessoas.

Desde os primeiros anos de vida, o contexto social é moldado pela heterossexualidade hegemónica (Richardson, 2000) e pelo patriarcado (Walby, 1991), que impõem normas binárias e excludentes, resultando na marginalização de identidades e expressões que não se moldam a esses padrões. Durante a infância, essa violência manifesta-se de maneira sutil, devido à falta de representatividade positiva, do silenciamento de questões relacionadas à comunidade LGBTQIA+ e das primeiras experiências de *bullying* escolar. Essas práticas refletem o que Walby (1991) descreve como relações patriarcais nas instituições culturais, estabelecendo a exclusão desde os primórdios da socialização e que resultam na violência patriarcal, que, neste caso, reflete-se nas primeiras experiências de *bullying*. O impacto imediato desse fenómeno é a emergência de fatores proximais do *Stress* minoritário (Meyer, 2003), como a internalização da culpa e a percepção de "diferença", que resultam na adoção precoce de estratégias defensivas, incluindo a ocultação e silenciamento de expressões de género não conformes.

Durante a adolescência, a situação torna-se mais problemática: a violência manifesta-se de maneira mais evidente, englobando agressões verbais, físicas e sexuais no

âmbito escolar, comunitário e familiar. Este período é caracterizado pela intensificação dos fatores distais relacionados com o *Stress* minoritário, como o preconceito e a discriminação direta (Herek, 2009), além da consolidação de fatores proximais, que incluem a homofobia e transfobia internalizadas, bem como a antecipação do estigma. A ideologia predominante, fundamentada em valores judaico-cristãos e na ênfase na reprodução heterossexual (Santos, 2004), contribui para a marginalização, categorizando identidades não normativas como transgressões e erros. Adicionalmente, a distinção entre "uns" e "outros" no discurso científico e social (Clarke, 2010) legitima desigualdades e perpetua a exclusão, dificultando a plena vivência da cidadania (Carneiro, 2009). Segundo Herek (2009), a antecipação de estigma leva ao desenvolvimento de comportamentos defensivos que, embora protetores, limitam a vivência plena da identidade. Os dados mostram também os primeiros sinais de resistência ativa, como a procura de redes de apoio e o início de envolvimento nos movimentos ativistas.

Na fase da juventude, no início da vida adulta e na vida adulta amadurecida, observa-se um movimento de deslocamento dos contextos de violência sistêmica para esferas institucionais mais abrangentes, como o mercado de trabalho, a habitação e a saúde. Nesse contexto, a exclusão manifesta-se de maneira mais sofisticada e sutil, evidenciada pela transfobia silenciosa no ambiente laboral, pela discriminação no acesso à habitação e pela heteronormatização dos serviços de saúde (Waldo, 1999). Estes mecanismos refletem as relações patriarcais no trabalho assalariado e no Estado (Walby, 1991) e a produção de sujeitos não normativos como corpos passíveis de serem desvalorizados (Butler, 1997). Paralelamente, o *Stress* minoritário permanece ativo, com a antecipação do estigma e a constante gestão da identidade influenciando decisões relacionadas com trabalho, às relações interpessoais e à vida familiar. Isso evidencia que o *Stresse* minoritário não é um fenômeno esporádico, mas sim crônico, moldado pela interação contínua entre fatores distais e proximais (Meyer, 2003).

A análise dos dados obtidos evidencia que a violência sistêmica estabelece e perpetua as condições propícias para a emergência e manutenção do *Stress* minoritário. As estruturas sociais — família, escola, trabalho, saúde e habitação — atuam como vetores que reproduzem as normas cisheteronormativa, legitimando desigualdades e condicionando as possibilidades de vida (Carneiro, 2009). O impacto dessa dinâmica é duplo: de um lado, material, ao restringir o acesso a recursos e direitos; de outro,

psicológico, ao impor um estado contínuo de vigilância e autogestão da identidade. Embora se observe, especialmente na vida adulta, um aumento de estratégias proativas — como a criação de espaços seguros, o ativismo político e a reaproximação familiar (Pinto & Moleiro, 2012) — essas iniciativas não conseguem eliminar completamente os efeitos cumulativos da exclusão.

A relação direta entre a rejeição familiar e a acumulação de desvantagens, como a instabilidade na habitação e a interrupção dos estudos, é evidente. Os resultados apresentados no capítulo anterior sustentam pesquisas que demonstram que a opressão direcionada a indivíduos LGBTQIA+ é de natureza sistêmica e multifacetada, adaptando-se aos diversos contextos de socialização ao longo da vida.

De forma geral, os participantes ouvidos revelam histórias que representam exemplos práticos entre fatores distais, como a discriminação familiar persistente, a entrada na escola como um fator de evidenciação e estigmatização da diferença, e fatores proximais, incluindo a ocultação de relacionamentos homoafetivos e a vigilância social internalizada, além do impacto cumulativo de eventos traumáticos ao longo das diferentes etapas da vida. Essa continuidade evidencia que o *Stress* minoritário não se configura como um fenômeno efêmero, mas sim como uma dinâmica prolongada, cujos efeitos emocionais e sociais estendem-se por várias décadas, representando impactos psicológicos profundos.

Em resposta ao impacto cumulativo da violência sistêmica e do *Stress* minoritário, indivíduos LGBTQIA+ desenvolvem uma variedade de mecanismos de defesa que se transformam ao longo do tempo e em diferentes contextos de vida (Pinto & Moleiro, 2012). Nos dados referentes à infância, observa-se uma predominância de defesas reativas, como a ocultação de comportamentos, o silêncio em situações hostis e o isolamento social. Essas estratégias desempenham um papel de autoproteção imediata diante da rejeição familiar e escolar, mas acarretam o custo da limitação da expressão identitária e da interiorização da invisibilidade (Herek, 2009). Durante a adolescência, embora a ocultação e o isolamento continuem a ser evidentes, começam a emergir indícios de resistência inicial. Alguns participantes buscam grupos de apoio e espaços de acolhimento e utilizam a afirmação identitária como arma. Na vida adulta, os mecanismos tornam-se mais conscientes e variados, manifestando-se na criação de espaços seguros, no ativismo político e comunitário, em práticas artísticas, no apoio

psicológico e na reaproximação familiar. A formação de grupos de pares ou redes de apoio online contribui de maneira parcial para a mitigação do isolamento. O ativismo inicial, embora restrito, surge como uma tentativa de estabelecer espaços de validação e contra narrativas em resposta à hostilidade predominante (Butler, 1997; Richardson, 2000).

Esta evolução confirma que, embora a violência seja persistente, a resiliência, assim como a persistência, apresenta uma natureza dinâmica, sendo capaz de se converter em um catalisador para a transformação tanto pessoal quanto social. Não obstante, esta resiliência é, também, condicionada, uma vez que o acesso a determinados recursos, como apoio psicológicos ou espaços comunitários, está condicionado por fatores socioeconômicos, reforçando desigualdades estruturais.

Algo que foi transversal neste estudo, foi a dificuldade de separar os conceitos e resultados obtidos relativamente a violência sistêmica e *Stress* minoritário. Esta dificuldade pode acontecer por se tratar de fenômenos que são vividos e experienciados por parte dos participantes de forma simbiótica, sem nenhuma avaliação mais aprofundada, mas também, como verificamos, porque os conceitos se interseccionam nos resultados, isto é, na invisibilização, exclusão e marginalização desta comunidade.

Não obstante, existem referências de movimentos positivos, seria imprudente dizer que todas as referências foram negativas, apesar de na sua maioria representarem ações violentas, discriminatórias, opressivas e de castração identitária. Efetivamente, existem movimentos positivos, que mostraram ser transformadores na vida das pessoas participantes, apoiando nos seus processos de aceitação e navegação de questões de OIEC, sejam estes movimentos externos – como a aceitação e apoio por parte da família nuclear, mudanças de escola onde encontraram colegas mais aceitadores e o apoio por partes de redes de apoio, por exemplo família alargada – sejam movimentos internos – como o afastamento de grupos homofóbicos, tentativa de educação de pessoas pouco familiarizadas com questões LGBTQIA+, por exemplo.

A mobilização das pessoas participantes nesta investigação tornou-a muito rica e completa, sobretudo por ter sido um grupo muito aberto a falar sobre questões tão pessoais e intrínsecas. Este processo de ressignificação de vivências e de escuta ativa em função de compreender realmente a profundidade das questões enunciadas pelos

participantes foi, sem dúvida, penoso e doloroso para os participantes, que vão remexer em questões que lhes causa sofrimento.

B. CONSIDERAÇÕES FINAIS

| ' ' | ' ' |

O livro de René Lenoir, *Les exclus: un français sur dix* (Os excluídos: um em cada dez franceses), publicado em 1989, é tido pela maioria dos autores como sendo o primeiro documento que define a exclusão. O autor adota uma perspectiva próxima da contemporânea, referindo-se à exclusão como uma inadaptação social, focando-se nas características limitadoras das pessoas, físicas e mentais, e nos grupos marginalizados, com as suas origens na desestruturação social, constituindo assim, não um problema de pobreza individual mas de disfunção social, sendo que o autor apresenta como principais características promotoras de exclusão as questões de cariz racial e de preconceito, questões de desregulação de estruturas familiares, inadaptação do sistema de educação e desigualdades no acesso à saúde e à habitação. Por outro lado, Paugam (1996) ressalta a contribuição da exclusão social para o desenvolvimento de pensamento e reflexão crítica acerca das sociedades modernas e das suas disfunções, procurando soluções para as mesmas. O autor desenvolve um paralelismo entre a noção de pauperismo do século XIX e o termo "exclusão social", sendo que o primeiro remete à entrada na sociedade industrializada e o segundo, hoje, se refere à crise estrutural dos alicerces de uma sociedade desenvolvida com base nos direitos sociais e na proteção dos mesmos. Apesar das referências a autores pioneiros na questão da exclusão social, a verdade é que esta se mantém na ordem do dia como um problema social do século XXI.

Desta forma, para combater uma questão tão ampla, e que se perpetua no tempo, é necessária uma intervenção igualmente abrangente. Considera-se, portanto que seja necessária uma intervenção com base em dois modelos clássicos, do ponto de vista teórico, nomeadamente:

a) Modelo Radical: Para Payne (2002) este modelo surge decorrente da influência das correntes marxistas e feminista, defendendo que a maioria dos problemas individuais apresentam causas estruturais. Desta forma as condições individuais devem ser influenciadas pelas transformações que ocorrem na esfera comum, sendo necessário encontrar formas de contrapor a realidade através de um contexto político, apoiada em intervenções que promovam os direitos, como o *empowerment*, capacitação, educação e denúncia de injustiças sociais.

b) Modelo de Organização Comunitária: Para Rothman, Erlich e Tropman (1995), estes modelos assentam na matriz de trabalho comunitário e conseqüentemente efetivar uma

intervenção comunitária, sendo que o autor define três eixos de intervenção, nomeadamente:

Planeamento Social – elaboração de planos, programas, serviços e políticas visando o melhoramento de condições, focalizando-se na resolução de problemas sociais;

Desenvolvimento Local – intervenção desenvolvida com a comunidade, defendendo que só a educação e consciencialização para a importância dos seus actos, promovendo a melhoria de competências da comunidade local;

Ação Social/Política – resolução de problemas em comunidades ou grupos desfavorecidos, visando a mudança na estrutura do poder, através da participação dos cidadãos, defesa de direitos e mudanças social e política.

Desta forma, enquanto interventores sociais, a Educação Social e a Intervenção Comunitária apresentam um papel fundamental na intervenção com a comunidade LGBTQIA+. A Educação Social consiste no desenvolvimento dos indivíduos para que participem ativamente na comunidade, promovendo a mediação entre o desenvolvimento social da pessoa e as circunstâncias e contextos, visando a sua autonomia, integração e participação ativa, construtiva e transformadora (Pérez Serrano, 2010). Já a Intervenção Comunitária é entendida como uma prática social que visa a melhoria de condições de vida e desenvolvimento comunitário, implicando a participação ativa e efetiva da população, promovendo mudança e transformação (Ramírez Hernández, 2019).

A principal missão da educação social é promover a inclusão, combater a discriminação e apoiar o desenvolvimento pessoal e social de todas as pessoas, com especial atenção para as que se encontram em situação de exclusão ou vulnerabilidade. A comunidade LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, trans, intersexuais e outras identidades) continua a ser alvo de estigma, preconceito e discriminação, nomeadamente em contexto escolar, familiar e comunitário.

A intervenção comunitária consiste em trabalhar com as comunidades locais para reforçar os laços sociais, incentivar a participação cívica e criar redes de apoio. No caso da comunidade LGBTI+, este trabalho é fundamental porque um número significativo enfrenta questões complexas como o isolamento social ou a rejeição familiar.

Adicionalmente, existem barreiras no acesso aos serviços (educação, saúde, emprego, apoio à saúde mental), sendo necessário criar espaços seguros e de afirmação onde as identidades sejam respeitadas.

Assim, a intervenção comunitária aliada à educação social é igualmente fundamental, neste sentido de procura de um agir significativo, ético e deontológico, sendo que a intervenção de profissionais deve apresentar um carácter educativo, participativo e transformador.

Desta forma, é preciso pensarmos de forma global e não apenas individualmente, e mobilizando os modelos de intervenção comunitária anteriormente referidos, sugere-se a seguinte ordem de ideias:

A nível macro é preciso que exista um reforço de políticas públicas, de forma a diminuir barreiras institucionais e que promovam a igualdade de facto. Efetivamente, e como foi mencionado neste documento, existe legislação significativa em torno de questões da Comunidade LGBTQIA+, que não se traduzem na garantia de direitos e efetivação dos mesmos, perpetuando situações de exclusão e vulnerabilidade. Neste ponto é, também, importante referir o papel fundamental da Educação para a Cidadania, que deveria abordar questões de género e sexualidade, sobretudo dado os resultados obtidos referentes a situações de *bullying* e violência em contexto escolar.

A nível meso é fundamental que exista dinamização da comunidade e criação de estratégias que cheguem não só às pessoas da Comunidade LGBTQIA+, mas também àqueles de perpetuam padrões normativos, através da criação de projectos e programas informativos e educativos, de apoio à comunidade, que sejam efectivos na garantia de direitos.

Por fim, a nível micro, é importante as pessoas da Comunidade LGBTQIA+, através da criação de espaços seguros, protecção em situações de violência, exclusão e/ou vulnerabilidade, fomentando a criação de recursos específicos para as necessidades específicas desta comunidade.

Em nota de conclusão, a realização da presente investigação veio corroborar o tema principal que foi abordado - isto é, permitiu compreender como a violência sistémica e o *Stress* minoritário atravessam de forma contínua as trajetórias de vida de pessoas

LGBTQIA+, moldando o seu projeto de vida e exigindo estratégias permanentes de resiliência e de adaptação. Contudo, a escassez de investigação acadêmica nesta área em contexto nacional evidencia a urgência de aprofundar o conhecimento científico, de modo a sustentar políticas públicas eficazes e práticas sociais mais inclusivas e a garantir o pleno exercício de cidadania das pessoas LGBTQIA+.

REREFÊNCIAS
| ' ' | ' ' |

- Academies of Sciences, Engineering, and Medicine. (2020). Understanding the well-being of sexual and gender diverse populations. The National Academies Press. <https://doi.org/10.17226/25877>
- Ahmed, S. (2012). *On Being Included: Racism and Diversity in Institutional Life*. Duke University Press.
- American Psychological Association. (2006). Answers to your questions about individuals with intersex conditions. *Monitor on Psychology*, 37(10), 15. <https://www.apa.org/monitor/nov06/brochures>.
- American Psychological Association. (2008). *Answers to your questions: For a better understanding of sexual orientation and homosexuality*. <https://www.apa.org/topics/lgbtq/orientation.pdf>
- American Psychological Association. (2011). *Answers to your questions about transgender people, gender identity, and gender expression*. <https://www.apa.org/topics/lgbtq/transgender.pdf>
- American Psychological Association. (2021). *APA guidelines for psychological practice with sexual minority persons*. <https://www.apa.org/about/policy/psychological-practice-guidelines>
- American Psychological Association. (2021, February). *APA resolution on gender identity change efforts*. <https://www.apa.org/about/policy/resolution-gender-identity-change-efforts.pdf>
- Atkinson, R. (1998). *The life story interview*. SAGE Publications.
- Ávila de Lima, J. (2013). Por uma análise de conteúdo mais fiável. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 47(1), 1–31. https://doi.org/10.14195/1647-8614_47-1_1
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barker, C., & Jane, E. A. (2016). *Cultural Studies: Theory and Practice* (5^a ed.). SAGE Publications.
- Bender-Baird, K. (2011). *Transgender Employment Experiences*. Sunny Press.
- Bhugra, D., Killaspy, H., Kar, A., Levin, S., Chumakov, E., Rogoza, D., Ventriglio, A. (2022). IRP commission: sexual minorities and mental health: global perspectives. *International*

Review of Psychiatry, 34(3–4), 171–199.
<https://doi.org/10.1080/09540261.2022.2045912>

Birou, A. (1988). Dicionário de Ciências Sociais. Círculo de Editores.

Blechinger, D. R. (2016). Understanding the LGBT communities. Springer International Publishing.

Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101.

Budge, S. L., Adelson, J. L., & Howard, K. A. S. (2020). Transgender identity and the development of personal and social acceptance. *Journal of Social Issues*, 76(4), 846-866.

Burgess, W. C. (2009). Internal and external *Stress* factors associated with the identity development of transgender and gender variant youth. New York & London: Routledge, 53 – 64.

Butler, J. (2004). Undoing gender. Routledge.

Butler, J. P. (1997). The psychic life of power: Theories in subjection. Stanford University Press.

Cardoso, A. P., Oliveira, D. S., & Ghelli, K. C. (2021). Análise de conteúdo: Uma metodologia de pesquisa qualitativa. *Cadernos da Fucamp*, 20(43), 122–136.
<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2347/1443>

Carneiro, N. S. (2009). “Homossexualidades”. Uma Psicologia entre Ser, Pertencer e Participar. LivPsic Editores.

Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. (2000). União Europeia. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, C 364/1–22. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A12000P%2FTXT>

Carter, D. (2004). Stonewall: The riots that sparked the gay revolution. St. Martin’s Press.

Cascais, A. F. (2006). Diferentes como só nós: O associativismo LGBT português em três andamentos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76, 109–126.
<https://doi.org/10.4000/rccs.868>

- Chinazzo, I. R., Lobato, M. I. R, Nardi, H. C., Koller, S. H., Costa, A. B (2019). Impacto do eStresse de minoria em sintomas depressivos, ideação suicida e tentativa de suicídio em pessoas trans. *Violência e prevenção violence and prevention*, 1, 5045-5056.
- Clandinin, D. J. (2006). *Handbook of narrative inquiry: Mapping a methodology*. SAGE Publications.
- Clandinin, D. J., & Connelly, F. M. (2000). *Narrative inquiry: Experience and story in qualitative research*. Jossey-Bass.
- Clarke, V., Ellis, S. J., Peel, E., & Riggs, D. W. (2010). *Lesbian gay bisexual trans & queer psychology: An introduction*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511810121>
- Comissão Europeia. (2020). *Estratégia para a Igualdade de Género 2020-2025*.
- Conselho da Europa. (2018). *Estratégia para a Igualdade de Género 2018-2023*.
- Constituição da República Portuguesa (1976), Diário da República, 1a série - no 86/1976.
- Correro, A. N., & Nielson, K. A. (2019). A review of minority Stress as a risk factor for cognitive decline in lesbian, gay, bisexual, and transgender (LGBT) elders. *Journal of Gay & Lesbian Mental Health*, 24(1), 2-19.
- Coutinho, C. P. (2014). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas*. Leya.
- Crenshaw, K. (1989). *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex*. University of Chicago Legal Forum.
- Davis, G. (2015). *Contesting Intersex: The Dubious Diagnosis*. NYU Press.
- Declaração Universal dos Direitos Humanos. (1948) Assembleia Geral das Nações Unidas. <https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>
- Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março: Altera e república o Código Penal. Diário da República, I Série-A, n.º 63. <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/1995-34437675>
- Deitcher, D. (Ed.). (1995). *The Question of Equality: Lesbian and Gay Politics in America Since Stonewall*. Scribner.

- Despacho n.º 7247/2019, de 16 de agosto: Aprova o Plano de Ação de Combate à Discriminação em Função da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género e Características Sexuais, 2018–2021. Diário da República, II Série, n.º 157.
- Digneffe, F; Beckers, M. (1997), “Do individual ao social: a abordagem biográfica”. Práticas e métodos de investigação em ciências sociais. Lisboa: Gradiva, 203-245.
- Direção-Geral da Saúde (DGS). (2016). *Norma nº 009/2016: Seleção de Pessoas Candidatas à Dádiva de Sangue com Base na Avaliação de Risco Individual*.
- Diretiva 2000/78/CE do Conselho. (2000). União Europeia. Jornal Oficial das Comunidades Europeias, L 303, 16–22. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32000L0078>
- Diretiva 2012/29/UE do Parlamento Europeu e do Conselho (2012), União Europeia. Jornal Oficial da União Europeia, L 315, 57–73. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32012L0029>
- Edsall, N. C. (2003). *Toward Stonewall: Homosexuality and society in the modern Western world*. University of Virginia Press.
- European Union Agency for Fundamental Rights. (2013, 17–23 May). *EU LGBT survey: Results at a glance*. FRA.
- European Union Agency for Fundamental Rights. (2020, 14 May). *A long way to go for LGBTI equality*. FRA.
- European Union Agency for Fundamental Rights. (2024, 14 May). *LGBTIQ equality at a crossroads: Progress and challenges*. FRA.
- Fausto-Sterling, A. (2021). *Sexing the body: Gender politics and the construction of sexuality* (2nd ed.). Basic Books.
- Foucault, M. (1990). *The history of sexuality, volume 1: An introduction* (R. Hurley, Trad.). New York: Vintage Books. (Obra original publicada em 1976)
- Freitas, D., D’Augelli, A., Coimbra, S., & Fontaine, A. (2015). *Discrimination and Mental Health Among Gay, Lesbian, and Bisexual Youths in Portugal: The Moderating Role of Family Relationships and Optimism*. *Journal of GLBT Family Studies*, 0(0), 1-23.

- Frost, D. M., Lehavot, K., & Meyer, I. H. (2015). Minority *Stress* and physical health among sexual minority individuals. *Journal of Behavioral Medicine*, 38(1), 1–8.
- Gomes, N.P., Cohen, S.A.M., Cantú, W.A., Lopes, C.M.A. (2021). Roteiros e modelos para a identificação de tendências socioculturais e a sua aplicação estratégica em produtos e serviços. *Modapalavra e-periódico*, Florianópolis, v. 14, n. 32, p. 228–272.
- Gomes, R. (2007) *Análise e interpretação de dados em pesquisa qualitativa. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Revista e atualizada. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 79-108.*
- Gomes, R. A. (2022). Impacto da microagressão nos níveis de *Stress* e autoestima percebidos em minorias sexuais na população portuguesa. [Dissertação de mestrado, Universidade da Beira Interior]. Repositório Aberto da Universidade da Beira Interior.
- Gubrium, J. F., & Holstein, J. A. (2009). *Analyzing Narrative Reality*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Hendricks, M. L., Testa, R. J. (2012) A conceptual framework for clinical work with transgender and gender nonconforming clients: an adaptation of the Minority *Stress* Model. *Professional Psychology—Research and Practice*, 43, 460-467.
- Herek, G. M. (2009). Sexual stigma and sexual prejudice in the United States: A conceptual framework. In D. A. Hope (Ed.), *Contemporary perspectives on lesbian, gay, and bisexual identities* (pp. 65–111). Springer Science + Business Media. https://doi.org/10.1007/978-0-387-09556-1_4
- Hoy-Ellis, C. P., & Fredriksen-Goldsen, K. I. (2016). Lesbian, gay, & bisexual older adults: Linking internal minority *Stressors*, chronic health conditions, and depression. *Aging & Mental Health*, 20(11), 1119-1130.
- ILGA Portugal. (2014). Relatório do Observatório da Discriminação em função da orientação sexual e identidade de género - Número de Violência contra as Pessoas LGBT | 2013. ILGA Portugal.
- ILGA Portugal. (2015). Relatório do Observatório da Discriminação em função da orientação sexual e identidade de género - Número de Violência contra as Pessoas LGBT | 2014. ILGA Portugal.

ILGA Portugal. (2016). Relatório do Observatório da Discriminação em função da orientação sexual e identidade de género - A Discriminação Homfóbica e Transfóbica em Portugal | 2015. ILGA Portugal.

ILGA Portugal. (2017). Relatório do Observatório da Discriminação em função da orientação sexual e identidade de género - A Discriminação Homfóbica e Transfóbica em Portugal | 2016. ILGA Portugal.

ILGA Portugal. (2018). Relatório Anual Discriminação contra Pessoas LGBTI+. ILGA Portugal.

ILGA Portugal. (2019). Relatório Anual Discriminação contra Pessoas LGBTI+. ILGA Portugal.

ILGA Portugal. (2023). Observatório da Discriminação contra Pessoas LGBTI+ em Portugal - Relatório Anual 2020-2022. ILGA Portugal.

Jablonski, K. (2020). *Minority Stress, Social Support, and Mental Health Among LGBTQ+ Religious Disaffiliates* [Dissertação de Doutoramento, The University of San Francisco]. Institutional Repository (IR) at the University of San Francisco.

Kidd, J., & Anderson, J. (2022). *Understanding Gender Identity: Perspectives on Theory and Practice*. Cambridge University Press.

Lei 38/2018 de 07 de agosto, Diário da República, 1ª série - no 151.

Lei n.º 15/2024, de 29 de janeiro, Diário da República, 1ª Série – no 20.

Lei n.º 19/2013, de 21 de fevereiro, Diário da República, 1ª Série – no 37.

Lei n.º 2/2016, de 29 de fevereiro, Diário da República, 1ª Série – no 2.

Lei n.º 27/2008, de 30 de junho, Diário da República, 1ª Série - no 124.

Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro, Diário da República, 1ª Série - no 170.

Lei n.º 60/2009, de 6 de agosto, Diário da República, 1ª Série – no 151.

Lei n.º 7/2001, de 11 de maio, Diário da República, 1ª Série-A – no 109.

Lei n.º 7/2011, de 15 de março, Diário da República, 1ª Série – no.52

Lei n.º 85/2021, de 15 de dezembro, Diário da República, 1ª Série – no 241.

Lei n.º 9/2010, de 31 de maio, Diário da República, 1ª Série – no 105.

- Lenoir, R. (1989). *Les exclus : un Français sur dix*. Seuil.
- Lev, A. I. (2004). *Transgender emergence: Therapeutic guidelines for working with gender-variant people and their families*. Travis & Francis.
- Levy, D. L., & Johnson, C. W. (2011). What does the Q mean? Including queer voices in qualitative research. *Qualitative Social Work: Research and Practice*, 11(2), 130–140.
- Lorenzo-Dus, N., Evans, C., Mullineux-Morgan, R. (2023). *Online Child Sexual Grooming Discourse*. Cambridge University Press.
- Louçã, J. C. (2024). Género e sexualidade: O atraso da revolução e a influência radical. *Cadernos do Arquivo Municipal*, (21), 1–12. <https://doi.org/10.48751/CAM-2024-21345>
- McCall, L. (2005). The complexity of intersectionality. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 30(3), 1771-1800.
- Mereish, E.H., Parra, L.A., Watson, R.J. Fish, J. N. (2022). Subtle and intersectional minority *Stress* and depressive symptoms among sexual and gender minority adolescents of color: mediating role of self-esteem and sense of mastery. *Prev Sci*, 23, 142–153.
- Meyer, I. H. (1995). Minority *Stress* and mental health in gay men. *Journal of Health and Social Behavior*, 36, 38-56.
- Meyer, I. H. (2003). Prejudice, social *Stress*, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: Conceptual issues and research evidence. *Psychological Bulletin*, 129, 674-697.
- Millett, K. (2000). *Sexual politics*. University of Illinois Press.
- Moleiro, C., Pinto, N., Oliveira, J. M., & Santos, M. H. (2016). *Violência doméstica: Boas práticas no apoio a vítimas LGBT: Guia para profissionais de estruturas de apoio a vítimas*. Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
- Moraes, R. (1999) Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, RS, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.
- Morandini, J. S., Blaszczyński, A., & Dar-Nimrod, I. (2016). Who adopts queer and pansexual sexual identities?. *The Journal of Sex Research*, 54(7), 911–922.

- Morris, B. (2023). A brief history of lesbian, gay, bisexual, and transgender social movements. American Psychological Association.
- O'Flaherty, M. (2020, 23 de março). Fundamental Rights in the COVID-19 response. Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia.
- Observador. (2016). Gisberta, 10 anos depois: a diva transexual que acabou no fundo do poço. Observador.
- Ordem dos Psicólogos (2020). Linhas de Orientação para a Prática Profissional no Âmbito da Intervenção Psicológica com Pessoas LGBTQ.
- Organização Nações Unidas. (2015).** *Transformar o nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Resolução adotada pela Assembleia Geral em 25 de setembro de 2015
- Paugam, S. (1996). Poverty and Social Disqualification: a Comparative Analysis of Cumulative Social Disadvantage in Europe. *Journal of European Social Policy*, 6(4), 287–303. <https://doi.org/10.1177/095892879600600402>
- Paveltchuk, F. O., & Borsa, J. C. (2020). A teoria do eStresse de minoria em lésbicas, gays e bissexuais. *Revista da SPAGESP*, 21(2), 41-54.
- Payne, M. (2002). Social Work Theories and Reflective Practice. In R. Adams, L. Dominelli, & M. Payne, (ds.), *Social Work: themes, issues and critical debates* (pp. 119 137). Palgrave.
- Pereira, H., & Silva, P. (2021). The Importance of Social Support, Positive Identity, and Resilience in the Successful Aging of Older Sexual Minority Men. *Geriatrics*, 6 (98), 1-11.
- Pérez Serrano, G. (2010). *Pedagogía Social- Educación Social. Construcción científica e intervención práctica*. Madrid: Narcea
- Pinto, M. P., & Silva, A. (2016). Emergência e institucionalização da sexologia em Portugal: processos, atores e especificidades. *Cadernos de Saúde Pública*, 32(8), e00036215.
- Pinto, N., & Moleiro, C. (2012). As experiências dos cuidados de saúde de pessoas transexuais em Portugal: Perspetivas de profissionais de saúde e utentes. *PSICOLOGIA*, 26(1), 129–151.

Programa Direitos, Igualdade e Cidadania 2014–2020. Regulamento (UE) n.º 1381/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013. Jornal Oficial da União Europeia, L 354, 62–72. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32013R1381>

Ramírez Hernández, O. (2019). Propuesta metodológica para la generación de productos turísticos a partir de la comunidad local. *Retos Revista de Ciencias de la Administración y Economía*, 9 (17), 127-143.

Recomendação CM/Rec(2010)5, Comité de Ministros do Conselho da Europa.

Resolução da Assembleia da República n.º 350/2021, de 29 de junho: Recomenda ao Governo a adoção de medidas de combate à discriminação em função da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais. Diário da República, I Série, n.º 125.

Resolução da Assembleia da República n.º 39/2010, de 26 de março: Recomenda ao Governo a adoção de medidas de combate à discriminação em razão da orientação sexual. Diário da República, I Série, n.º 60.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2011, de 18 de janeiro: Aprova o Plano Nacional para a Igualdade, Cidadania e Género. Diário da República, I Série, n.º 12.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio: Aprova a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação — Portugal + Igual (2018–2030). Diário da República, I Série, n.º 98.

Richardson, D. M. (2000). Constructing sexual citizenship: Theorizing sexual rights.

Rodgers, S. M. (2017). Transitional Age Lesbian, Gay, Bisexual, transgender, and Questioning Youth. *Child and Adolescent Psychiatric Clinics of North America*, 26(2), 297–309.

Rothman, J., Erlich, J.L., Tropman, J.E. (2001). *Strategies of Community Intervention*. F.E. Peacock Publisher, Itasca.

Ruggiero, V. (2019). *Institutional violence*. Routledge EBooks, 29–46. <https://doi.org/10.4324/9780429291463-3>.

- Ruggiero, V. (2019). Political aspects of violence: A criminological analysis. In M. Natarajan (Ed.), *International and Transnational Crime and Justice* (pp. 235–239). Cambridge University Press.
- Saleiro, S. P., Menezes, N. R. M. S, Gato, J. (2022). Estudo Nacional sobre necessidades das pessoas LGBTI e sobre a discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais. Comissão para a Igualdade de Género.
- Santos, A. C. (2002). Sexualidades politizadas: ativismo nas áreas da AIDS e da orientação sexual em Portugal. *Cadernos de Saúde Pública*, 18(3), 595–611
- Santos, A.C. (2004). Nem mais, nem menos, direitos iguais: a juridificação do movimento LGBT português.
- Santos, H. (2022). Interrogando o (não-)lugar da Diversidade Sexual na Educação Sexual em Portugal: perspetivas de estudantes e professores/as. *Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação*.
- Sebastião, J. (2009). Violência na escola: Uma questão sociológica. *Interacções*, (13), 35–62. National
- Sebastião, J., Seabra, T., Gaio Alves, M., Tavares, D., Garrucho Martins, J. & Portas, M. J. (1999). A produção da violência na escola. *Revista da ESES*, n.º 10, 123 135.
- Thomas, W.I. and Znaniecki, F. (1918) *The Polish Peasant in Europe and America*. Vol. 1. Badger, Boston. - References - Scientific Research Publishing. (2017). Scirp.org. <https://www.scirp.org/reference/referencespapers?referenceid=1955875>
- Toledo, L. G. (2008). Estigmas e estereótipos sobre as lesbianidades e suas influências nas narrativas de histórias de vida de lésbicas residentes em uma cidade do (Des)Construção da performance e expressões binárias de género na comunidade lésbica 54 interior paulista. [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista]. Repositório Institucional UNESP. <http://hdl.handle.net/11449/97601>.
- Tozzi, P. (2019). *La non-violence face au terrorisme*. Paris: Charles Léopold Mayer.
- Tratado da União Europeia (versão consolidada) (2012). *Jornal Oficial da União Europeia*, C 326, 13–390. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A12012M%2FTXT>

Tratado de Amesterdão (1997). União Europeia. Jornal Oficial das Comunidades Europeias, C 340, 1–144. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A11997D%2FTXT>

United Nations General Assembly. (2008, December 18). Joint statement on human rights, sexual orientation and gender identity. United Nations.

Vale de Almeida, M. V. (2010). O Contexto LGBT em Portugal (Cap. II). In Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género (pp. 45 — 90). Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Walby, S. (1991). *Theorizing patriarchy*. Basil Blackwell.

Waldo, C. R. (1999). Working in a majority context: A structural model of heterosexism as minority *Stress* in the workplace. *Journal of Counseling Psychology*, 46(2), 218–232. <https://doi.org/10.1037/0022-0167.46.2.218>

Weeks, J. (2021). *Sexuality* (5th ed.). Routledge

ANEXOS

| " | | | " |

ANEXO A

Termo de Consentimento Informado

| " | | " |

Termo de Consentimento Informado

No âmbito da Dissertação de Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária, ministrado pela Escola Superior de Educação de Lisboa do Instituto Politécnico de Lisboa, sob orientação da Professora Doutora Cristina Barroso Cruz, sobre o **impacto da Violência sistémica e Stress Minoritário vivido pelas pessoas da Comunidade LGBTQIA+: Perceções de situações de instabilidade e exclusão em Portugal.**

O presente estudo tem como objetivos: Compreender de que forma a violência sistémica - que se refere aos danos que as pessoas sofrem devido à estrutura social e às instituições que a sustentam e reproduzem - impacta o projecto de vida das pessoas pertencentes à Comunidade LGBTQIA+; Compreender de que forma o *Stress* minoritário - que se define como *Stress* psicológico sentido por um determinado grupo, nomeadamente a comunidade LGBTQIA+, em função de uma condição de minoria em relação à maioria - impacta o projecto de vida das pessoas pertencentes à Comunidade LGBTQIA+; e compreender quais os mecanismos de defesa utilizados pelas pessoas que sofrem com violência sistémica e *Stress* minoritário.

Para a realização deste estudo, são necessários a recolha de dados através de um questionário sociodemográfico e uma sessão para recolha de informação que será gravada por áudio.

Os dados deste estudo são anónimos e confidenciais.

Desde já agradeço a sua participação e disponibilidade em participar no presente estudo.

Desta forma, aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados que de forma voluntária forneço, confiando em que apenas serão utilizados para esta investigação e nas garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pela investigadora.

Nome:

Assinatura:

Data:

Este documento é composto de 2 páginas e feito em duplicado: uma via para a investigadora, outra para a pessoa que consente.

Margarida Tusto (Mestranda)

ANEXO B

Guião de Histórias de Vida

| | " | | " |

GUIÃO DE SESSÃO DE HISTÓRIAS DE VIDA

Abordagem - Histórias de Vida

Esta fase da investigação tem como objetivo conhecer o percurso da pessoa entrevistada, de forma cronológica, sendo que poderão, não exclusivamente, ser abordadas as seguintes linhas guia.

- **Período da infância** - local onde cresceu, enquadramento familiar, rede de suporte familiar, atividades desenvolvidas, etc.
- **Período da adolescência** - local onde estudou, primeiras relações fora do contexto familiar, primeiras relações amorosas, redes de suporte familiares e externas, navegação de questões de OIEC³, processos de *coming out*, período escolar, etc.
- **Período jovem-adulto** - entrada no mercado de trabalho, ensino superior, questões habitacionais, relações estabelecidas, afirmação da OIEC, pertença a movimentos sociais, relações familiares, etc.

Idealmente, as categorias enumeradas abaixo serão abordadas no decorrer do processo de partilha da história de vida de cada pessoa, sendo essa a razão para não estarem formuladas questões.

Categoria I - Violência sistémica

A segunda parte da entrevista visa compreender o impacto dos factores de violência perpetuados pelas estruturas sistémicas na vida e no projecto de vida das pessoas da comunidade LGBTQIA+.

A - Discriminação percecionada nas diferentes áreas estruturais

³ Orientação Sexual, Identidade de Género, Expressão de Género e Características Sexuais

A.1. Educação | Objectivo - Tentar compreender de que forma o percurso escolar pode ter sido influenciado pela navegação de OIEC e processo de *coming out*.

- Quanto anos esteve no sistema de ensino;
- Principais dificuldades sentidas nos processos de aprendizagem e integração;
- O impacto do processo de *coming out* no contexto escolar (professores e alunos/colegas);
- Término o período escolar obrigatório vs. continuidade de estudo para ensino superior;
- Sentimento de discriminação (quais os agentes discriminatórios ou aliados).
- Que ano, ou anos, destaca (positiva e/ou negativamente) do percurso escolar.

A.2. Saúde | Objectivo - Compreender questões de discriminação, *misgendering*, não aceitação de identidades não-normativas, transfobia, homofobia, etc nos serviços de saúde. Compreender discriminação nas dádivas de sangue para pessoas homossexuais. Compreender se existe patologização das questões de OIEC.

- Em que contextos que recorre a respostas de saúde formais (SNS - hospitais, centro de saúde);
- Com que frequência recorre a resposta de saúde formais (SNS)
- Em que contextos/situações recorre a resposta de saúde não-formais (serviços de saúde comunitários - rastreio IST's e encaminhamento em caso reativo)
- Nº de vezes que recorre a respostas de saúde não-formais (serviços de saúde comunitários - rastreio IST's e encaminhamento em caso reativo)

- Acompanhamento psicológico e/ou psiquiátrico. Se sim, porquê.
- Apresenta sentimento de discriminação em relação a dádivas de sangue, plaquetas, etc.
- Apresenta sentimento de discriminação em relação à utilização do nome social e/ou género com que a pessoa se identifica.

A.3. Emprego

- Situação face ao emprego (caso empregado: há quanto tempo, e grau de satisfação);
- Situação de emprego face à área de estudos;
- Dificuldades ou discriminação sentidas em processos de recrutamento;
- Dificuldades ou discriminação sentida no local de trabalho (caso esteja empregado)

A.4. Habitação

- Situação face à habitação;
- Há quanto tempo se encontra no lugar onde atualmente reside;
- Situações de vulnerabilidade habitacional;
- Histórico de discriminação/aceitação no processo de procura de habitação (comprar ou arrendar);
- Histórico de discriminação/aceitação com vizinhos, pessoas do prédio após o processo de procura de casa.

B - Situações de violência física por questões de Orientação Sexual, Identidade de Género, Expressão de Género ou Características Sexuais.

B.1. Violência Verbal

- Ser alvo de atribuição de nomes com sentido pejorativo (paineiro, *fagot*, *tranny*, camioneira, maricas, etc) referindo os contextos de ocorrência;
- Ser alvo de expressões com sentido pejorativo (“agora é moda”, “é só uma fase”, “são coisas da tua cabeça”, etc) referindo os contextos de ocorrência;
- Ser alvo de patologização infundamentada;
- Episódios de agressão verbal nas redes sociais.
- Qual o perfil do agressor (em caso de ser vítima deste tipo de agressão)

B.2. Violência Física

- Episódios de agressividade, relacionados com a OIEC, no seio familiar;
- Episódios de agressividade, relacionados com a OIEC, no grupo de amigos;
- Episódios de agressividade, relacionados com a OIEC, por desconhecidos;
- Qual o perfil do agressor (em caso de ser vítima deste tipo de agressão)

B.3. Violência Sexual

- Episódios de violência sexual, relacionados com a OIEC, no seio familiar (contextualizados pela idade cronológica e pelo laço de familiaridade com o agressor);
- Episódios de violência sexual, relacionados com a OIEC, no grupo de amigos (contextualizados pela idade cronológica e pelo laço de proximidade com o agressor);
- Episódios de violência sexual, relacionados com a OIEC, por desconhecidos (contextualizados pela idade cronológica);

Categoria II - Stress Minoritário

A terceira parte da entrevista visa compreender o impacto dos factores internos (factores de *Stress* distais e factores de *Stress* proximais) na vida e saúde mental da pessoa entrevistada.

C - Factores Distais

C.1. Sentimento de discriminação percecionada (no quotidiano, por exemplo, grupos familiares, de amigos, no espaço público, etc).

- Processo de *coming out* - reações, medos, dúvidas;
- Criação (ou falta de) de lugares seguros para a expressão livre da OIEC;
- Nível de compreensão das questões LGBTQIA+;
- Tentativas de repressão vs. tentativas de libertação.

C.2. Impacto da discriminação percecionada (caso exista)

- Sentimento de insegurança, injustiça, etc;
- Isolamento social - considerar que ninguém entende, que não será aceite, que tem de mudar, etc;
- Dificuldade em encontrar espaços seguros;
- Sentimento de ser diferente e incompreendido/a/e;
- Afastamento de grupos/rede de suporte.

D - Factores Proximais

D.1. Comportamentos influenciados por questões da saúde mental

- Situações de isolamento social;
- Situação de alienação familiar;
- Questões diagnosticadas de saúde mental (depressão, ansiedade, etc);
- Situações de *Stress*;

→ Situações com quadro ansioso.

D.2. Situações traumáticas ou de grande *Stress* relacionadas com OIEC.

→ Episódios que tenham deixado marcas mais profundas;

→ Histórias da infância/juventude que ainda recorde como negativas

D.3. Tentativa de ocultação ou repressão da OIEC

→ Episódio em que tenha ocultado a sua OIEC;

→ Episódio ou tentativa de repressão interna. Qual a razão?;

→ Indicação ou orientação para programas de reconversão/terapias de reorientação sexual.

D.4. Situações de homofobia/transfobia/lgbtqifobia internalizada

→ Episódio de repulsa, nojo, ódio da própria OIEC;

→ Baixa autoestima;

→ Construção de uma “máscara social”.

E - Impacto percecionado no projecto de vida

Como sente que tudo isto se reflete na sua vida e que impacto teve no seu percurso?

F – Mecanismos de Defesa Utilizados

Que mecanismos de defesa foram utilizados durante os períodos de maior violência e *Stress* vividos?

ANEXO C

Caracterização Sociodemográfica

| | ' ' | | ' ' |

Caracterização Sociodemográfica

Atualmente, a existência de uma comunidade baseada nas questões de identidade de género e orientação sexual, é reconhecida ainda que possa não ser universalmente aceite. Contudo, o caminho trilhado até ao presente momento, é longo, ainda que muito do seu trajeto possa ter sido invisibilizado. De facto, apesar de historicamente e antropologicamente se reconhecerem relações entre indivíduos do mesmo sexo e expressões de género que extravasam a dicotomia homem/mulher, até ao início do século XX esse reconhecimento não existia.

O presente estudo tem como objetivos: Compreender de que forma a violência sistémica impacta o projeto de vida das pessoas pertencentes à Comunidade LGBTQIA+; Compreender de que forma o *Stress* minoritário impacta o projeto de vida das pessoas pertencentes à Comunidade LGBTQIA+; e compreender quais os mecanismos de defesa utilizados pelas pessoas que sofrem com violência sistémica e *Stress* minoritário.

Desta forma a realização desta sessão procura dar resposta aos objetivos enunciados, procura encontrar respostas de forma aprofundada no seio da Comunidade LGBTQIA+.

Dados individuais:

Código pessoal:

Profissão:

Pronomes preferenciais:

Situação profissional/emprego
atualmente:

Idade:

Género:

Morada (cidade):

Nacionalidade:

Escolaridade: